



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA
EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 91072 de 22/02/2013
Edição Eletrônica nº 19520



Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2012 foi marcado por muitos desafios que prejudicaram o desempenho da Companhia. A combinação de diversos fatores, tanto internos como externos, tais como um ambiente macroeconômico menos favorável, clima adverso no inverno, pior desempenho de algumas linhas de produtos e dificuldade de aumentar o tráfego em nossa rede de lojas devido ao alto nível de produtividade já atingida, levaram a uma forte desaceleração do crescimento de vendas ao longo dos três primeiros trimestres do ano. Após uma série de ações tomadas pela Administração, principalmente na melhora da oferta de produtos e nas ações promocionais para ajustar os estoques de outono e inverno, aliadas a uma ligeira melhora no ambiente econômico, as vendas do 4T12 voltaram a crescer dois dígitos, mas ainda abaixo do nosso potencial em função das dificuldades nos nossos canais de suprimentos em atender o aumento da demanda. Dessa forma, nosso desempenho operacional, tanto medido pelo EBITDA quanto pelo Lucro Líquido, apresentou crescimento modesto, mas ainda assim mantivemos rentabilidade, margens e retorno sobre capital investido entre os maiores da indústria, o que demonstra a resiliência de nosso modelo de negócios mesmo em ambientes mais desafiadores.

A marca Hering, cujas vendas cresceram 8,7%, continuou sendo a nossa principal plataforma de crescimento impulsionada pelo desempenho da rede de lojas Hering Store. A Hering continua a atrair públicos das mais diversas idades, regiões e classes sociais com sua oferta de produtos de excelente relação custo x benefício, seja nos produtos de moda casual ou nos tradicionais básicos. A rede Hering Store teve mais um ano de expressiva abertura de lojas, +83 lojas no ano (8 lojas acima do planejado), atingindo 515 lojas no fim de 2012. No conceito venda mesmas lojas (*same store sales* - SSS), a rede apresentou leve queda (-0,2%) após 5 anos consecutivos de crescimentos de dois dígitos, em função dos grandes desafios enfrentados ao longo de 2012. Apesar disso, as vendas da rede Hering Store atingiram R\$ 1,4 bilhões, 15,6% de crescimento em relação ao ano de 2011. O desempenho do canal varejo multimarcas, que cresceu 7,6%, foi inferior ao apresentado pela rede Hering Store. As principais razões estão associadas à prioridade dada à rede Hering Store ao longo do ano, além das maiores dificuldades enfrentadas pelo canal multimarcas em lidar com o cenário adverso. Seguimos com nossa estratégia de especialização do canal varejo multimarcas, cujo foco permaneceu sendo o aumento de participação nos clientes atuais.

No mercado infantil, demos continuidade à nova estratégia de negócios desenvolvida em 2010 para as marcas Hering Kids e PUC. Na marca PUC, continuamos implementando os ajustes necessários para adequar a rede de distribuição ao posicionamento da marca, tendo a rede PUC fechado o ano com 78 lojas, 2 a mais que no fim de 2011 e a marca apresentou crescimento de 13,1%, em função do bom desempenho do canal varejo multimarcas e das vendas mesmas lojas da rede PUC. Na Hering Kids, houve crescimento de vendas de 22,2%, e nosso desempenho foi muito positivo tanto no varejo multimarcas quanto na rede de lojas Hering Kids, criada em 2012 com 22 inaugurações, o que reforça nossa confiança na assertividade da estratégia desenvolvida para a marca.

A dzarm. apresentou o pior desempenho dentre nossas marcas em 2012, com queda de -1,1% em vendas brutas. O novo posicionamento adotado desde agosto de 2009 gerou resultados bastante expressivos no canal varejo multimarcas nos últimos anos e a marca atingiu boa penetração neste canal. No entanto, acreditamos que a falta de visão integrada tem causado resultados modestos da loja *flagship* e por consequência, dificuldades em alavancar ainda mais o canal multimarcas. De qualquer forma, seguimos investindo no desenvolvimento da marca por meio de iniciativas de marketing e a possibilidade de abertura de algumas lojas *flagship* adicionais, que exercem um papel fundamental nesse processo.

Por fim, seguimos confiantes em nossa estratégia de negócios e continuaremos explorando o potencial de crescimento de nossas marcas, principalmente Hering e Hering Kids. Acreditamos que a combinação de nossas marcas com o nosso modelo de negócios serão capazes de gerar crescimento de vendas e de resultados, mantendo elevados níveis de retornos sobre capital investido em nosso negócio. Nosso objetivo é continuar a crescer de forma sustentável, com controle de custos, rigidez na gestão de riscos, cautela aos movimentos do mercado e atenção às oportunidades de crescimento que possam surgir, sejam orgânicas ou inorgânicas.

A Administração

1. DESEMPENHO DE VENDAS

	2011	2012	Var. 2012/2011
Receita Bruta - R\$ mil			
Receita Bruta Total	1.647.308	1.793.661	8,9%
Mercado Interno	1.625.932	1.766.570	8,6%
Mercado Externo	21.376	27.091	26,7%
Receita Bruta Mercado Interno	1.625.932	1.766.570	8,6%
Hering	1.243.013	1.351.636	8,7%
Varejo	498.439	533.075	6,9%
Franquias	534.159	595.048	11,4%
<i>Webstore</i>	8.954	13.548	51,3%
Lojas Próprias	201.461	209.965	4,2%
Hering Kids	116.395	142.265	22,2%
Varejo	96.724	111.628	15,4%
Franquias (Hering Store)	13.869	20.054	44,6%
<i>Webstore</i>	914	1.614	76,5%
Lojas Próprias	4.888	8.969	83,5%

	2011	2012	Var. 2012/2011
Receita Bruta - R\$ mil			
PUC	125.026	141.454	13,1%
Varejo	84.478	95.540	13,1%
Franquias	34.393	37.022	7,6%
<i>Webstore</i>	1.016	2.010	97,9%
Lojas Próprias	5.139	6.882	33,9%
dzarm.	98.046	96.993	(1,1%)
Varejo	95.767	93.905	(1,9%)
Franquias	-	-	N.D.
<i>Webstore</i>	1.334	2.283	71,2%
Lojas Próprias	945	805	(14,9%)
Outras	43.452	34.222	(21,2%)

As vendas brutas da Cia. Hering totalizaram R\$ 1.793,7 milhões em 2012, com crescimento de receita em três das quatro marcas (Hering, Hering Kids e PUC).

Marca Hering

Com ampla aceitação em todas as classes sociais e faixas etárias, a Hering destaca-se por ser uma marca que atinge uma vasta gama de consumidores, a partir de seu posicionamento democrático com boa relação custo-benefício e desejada por oferecer produtos básicos de qualidade, moda acessível e novidades constantes.

No ano de 2012, as vendas brutas da marca apresentaram crescimento total de 8,7%, sendo moderado em todos os canais de distribuição, exceto pelo canal *webstore*, com desempenho mais forte (51,3%). A performance de vendas foi impactada negativamente pelos seguintes fatores: (i) desaceleração econômica e de consumo de vestuário, (ii) inverno tardio, (iii) menor assertividade na coleção do 2T12, e (iv) planejamento de produção desalinhado com a demanda, que apresentou tendência de reaceleração no 4T12. A adição de 83 lojas à rede deu sequência à ampliação da visibilidade e presença da marca no mercado brasileiro e também contribuiu para o aumento da penetração no varejo multimarcas.

Marca Hering Kids

Extensão da marca Hering com foco no conceito 'mini adulto', a Hering Kids oferece produtos casuais e básicos, com boa relação custo x benefício.

Ainda sob o impacto da nova estratégia para o mercado infantil adotada a partir do 4T10, as vendas brutas da Hering Kids cresceram 22,2% em 2012. Todos os canais apresentaram crescimento de vendas significativo, o que demonstra a assertividade da nova estratégia. Em 2012 foi implementada a rede de lojas no formato individual Hering Kids com a abertura de 22 lojas, contribuindo para o processo de ampliação da visibilidade e presença da marca no mercado brasileiro e para o destaque da performance dos canais de franquias e lojas próprias, que cresceram 44,6% e 83,5% no ano, respectivamente.

Marca PUC

O posicionamento da marca PUC é focado no público infantil das classes A e B, com a oferta de produtos diferenciados e de alta qualidade e para uso em ocasiões especiais.

A rede de lojas PUC, após o reforço de seu posicionamento nos segmentos *Better* e *Premium*, tem passado por um período de ajustes, sendo que algumas de suas lojas que não estão de acordo com a estratégia atual, foram reavaliadas e algumas dessas operações foram descontinuadas. Como resultado deste reposicionamento, as vendas brutas da PUC cresceram 13,1% no ano de 2012.

Marca dzarm.

Com foco no público jovem das classes A e B, a marca dzarm. aposta no estilo *jeanswear* casual, com coleções modernas que seguem as tendências de moda. No final de 2010, foi inaugurada a primeira loja *'flagship'* dzarm., com importante papel na reintrodução da marca em *shopping centers*.

As vendas brutas da dzarm. apresentaram queda de -1,1% em 2012. Após crescimento bastante expressivo no varejo multimarcas entre 2007 e 2011, que resultou em aumento significativo de penetração neste canal, a marca dzarm. teve dificuldades em dar continuidade ao desenvolvimento de seu potencial de crescimento em 2012, especialmente considerando o fato de que possui apenas uma loja *flagship* ainda pouco explorada.

A dzarm. continua explorando as mídias sociais com crescente alcance ao público jovem, aproximando a marca de seu público alvo.

Webstore

A operação de *e-commerce* da Cia. Hering engloba as quatro marcas (Hering, Hering Kids, PUC e dzarm.) e apresentou o crescimento mais expressivo dentre todos os canais de distribuição da Companhia: 59,2% no ano de 2012 em relação ao ano anterior.

O recente lançamento da nova *webstore*, já passada a fase de ajustes para melhor funcionamento da plataforma, está concluído, possibilitando o contínuo crescimento do canal. Em continuidade às ações já implementadas ao final de 2011, tal como a criação de uma estrutura específica de logística e distribuição para atender ao canal online de forma mais eficiente e os investimentos em TI, esta versão atualizada da *webstore* vem proporcionando ao consumidor uma experiência de compra mais agradável, de modo a impulsionar as vendas *online*. A Cia. Hering continuará explorando o potencial da *webstore*.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mercado Internacional

A estratégia de atuação da Cia. Hering no mercado externo é focada na comercialização das marcas Hering, PUC e dzarm. para a América Latina. A Empresa encerrou 2012 com 17 lojas no exterior, havendo duas inaugurações no ano, sendo uma no Uruguai e outra no Paraguai.

Representando 1,5% do faturamento total da Companhia em 2012, as vendas brutas ao mercado externo apresentaram crescimento de 26,7% no ano.

As vendas no mercado internacional foram impactadas positivamente pela reestruturação bem sucedida das operações no Uruguai, câmbio favorável a exportações e retomada na performance de vendas para o canal multimarcas no final do ano.

A Companhia continua buscando oportunidades de explorar o potencial de suas marcas na América Latina, apesar dos obstáculos existentes no modelo de exportação a partir do Brasil.

2. REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Para garantir a distribuição de suas marcas em todo o território nacional, a Cia. Hering conta com uma rede de distribuição formada por três canais de venda: i) redes de lojas Hering Store, PUC e Hering Kids; ii) lojas de varejo multimarcas; e iii) *webstores*. No exterior, os produtos de todas as marcas da Companhia são comercializados por franquias e lojas de varejo multimarcas. As redes de lojas são o canal prioritário de distribuição de nossas marcas, pois oferecem aos consumidores uma experiência de compra diferenciada além da sua importância como ferramenta de marketing e de construção de nossas marcas. No ano de 2012, foram inauguradas 111 lojas no Brasil, sendo 84 Hering Stores, 5 PUC e 22 Hering Kids. Além disso, três lojas PUC e uma loja Hering Store foram fechadas. No exterior foram abertas duas lojas Hering Store - uma no Uruguai e uma no Paraguai. A Companhia encerra o período com 98,4% da rede Hering Store dentro do novo projeto arquitetônico.

O varejo multimarcas garante maior capilaridade de distribuição aos produtos das nossas marcas em todo o território nacional, ao atingir localidades onde as redes próprias e franqueadas não estão presentes e ao complementar a distribuição nas localidades que já possuem lojas exclusivas das marcas. Ao final de 2012, a Empresa contava com 17.119 clientes no varejo multimarcas, dos quais 13.527 somente da marca Hering.

Quantidade de Lojas	2010	2011	2012
Hering - Própria	43	48	50
Hering - Franquia	304	384	465
Hering Store	347	432	515
PUC - Própria	6	7	8
PUC - Franquia	72	69	70
PUC	78	76	78
Hering Kids - Própria	2	5	6
Hering Kids - Franquia	-	-	21
Hering Kids	2	5	27
dzarm. - Própria	1	1	1
dzarm.	1	1	1
Brasil	428	514	621
Total Mercado Internacional	15	16	17
Total	443	530	638

3. DESEMPENHO DA REDE HERING STORE

Principal canal de distribuição da marca Hering, a rede Hering Store é composta por lojas próprias e franquias, localizadas nos principais *shoppings centers*, corredores comerciais e bairros residenciais, que comercializam exclusivamente as linhas de produtos da marca Hering. Além de contar com um projeto arquitetônico inovador que oferece aos consumidores uma experiência de compra diferenciada, esse formato tem se mostrado fundamental para a estratégia de crescimento de vendas e também para o fortalecimento da marca Hering junto aos seus consumidores.

As vendas totais da rede Hering Store apresentaram crescimento de 15,6% em 2012, impulsionada pelo incremento de 83 lojas na rede. A variação da receita no conceito vendas 'mesmas lojas' (*same store sales* - SSS) foi de -0,2% no ano de 2012.

No conceito vendas 'mesmas lojas', uma série de fatores conjunturais e específicos da Cia. Hering foram responsáveis por esta performance de vendas, dentre os quais podemos citar: desaquecimento do mercado, comprometimento de renda do consumidor além do desempenho fraco das coleções de outono e inverno como consequência tanto de clima adverso quanto de menor assertividade na nossa oferta de produto, e desabastecimento de lojas e queda no preço médio em dezembro.

O cartão de crédito Hering Store, administrado pela Financeira Losango (pertencente ao Banco HSBC), finalizou 2012 com uma base de 550,9 mil cartões ativos.

	2011	2012	Var.
Número de Lojas	432	515	19,2%
Franquias	384	465	21,1%
Próprias	48	50	4,2%
Faturamento da Rede (R\$ mil) ⁽¹⁾	1.234.956	1.428.149	15,6%
Franquias (R\$ mil)	1.033.495	1.218.306	17,9%
Próprias (R\$ mil)	201.461	209.842	4,2%

	2011	2012	Var.
Crescimento <i>Same Store Sales</i> ⁽²⁾	12,7%	(0,2%)	-12,9 p.p.
Área de Vendas (m ²)	57.507	70.899	23,3%
Faturamento (R\$ por m ²)	24.361	22.234	(8,7%)
Atendimentos	12.646.638	14.332.499	13,3%
Peças	27.011.508	31.131.137	15,3%
Peças por Atendimento	2,14	2,17	1,7%
Preço Médio (R\$)	45,72	45,88	0,3%
<i>Ticket</i> Médio (R\$)	97,65	99,64	2,0%

⁽¹⁾ Os valores se referem ao faturamento das lojas para o cliente final (conceito *sell out*).

⁽²⁾ Comparado a igual período do ano anterior.

4. PROCESSO PRODUTIVO

A Cia. Hering adota um modelo de produção híbrido, que combina produção própria, produção terceirizada e *outsourcing* (compra de produto acabado) o que garante uma boa combinação de velocidade de produção e flexibilidade na busca das melhores oportunidades de custo e qualidade presentes nas diversas cadeias de suprimentos disponíveis. Todos os produtos comercializados são desenvolvidos internamente pela equipe de *design* e avaliados entre as opções de *make or buy* (produção interna ou *outsourcing*). Na produção interna cada etapa do processo de produção pode ser feita em unidades produtivas da Companhia ou em uma rede de parceiros que terceirizam parte relevante do processo produtivo, sendo todo o processo coordenado pela própria Companhia. Já no *outsourcing* toda a produção é feita em terceiros, de acordo com especificações definidas pela equipe de *design*, e os produtos acabados são recebidos em nossos centros de distribuição.

A Cia. Hering encerrou 2012 com dez unidades de produção, localizadas em Santa Catarina - SC (5), Rio Grande do Norte - RN (1) e Goiás - GO (4), além de dois centros de distribuição, um em SC e um novo em GO inaugurado em agosto de 2012.

Processo Produtivo ^(*)	2011	2012	Var.
Produção	82,5%	80,7%	-1,8 p.p.
Interna	40,8%	40,8%	0,0 p.p.
Terceirização	41,7%	39,9%	-1,8 p.p.
Outsourcing	17,5%	19,3%	1,8 p.p.
Mercado Interno	2,5%	3,7%	1,2 p.p.
Importação	15,0%	15,6%	0,6 p.p.

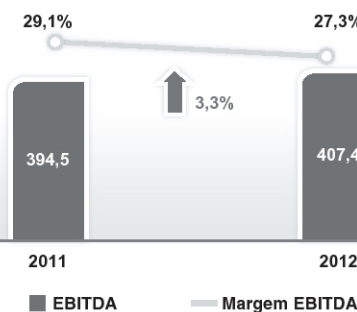
^(*) Refere-se a volume de peças vendidas.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

R\$ mil	2011	Part. (%)	2012	Part. (%)
Receita Bruta de Vendas	1.647.308	121,7%	1.793.661	120,3%
Deduções de Venda	(294.075)	(21,7%)	(302.345)	(20,3%)
Deduções de Venda Impostos	(353.697)	(26,1%)	(382.457)	(25,6%)
Ajuste a Valor Presente	(37.077)	(2,7%)	(35.163)	(2,4%)
Deduções de Venda Incentivos	96.699	7,1%	115.275	7,7%
Receita Líquida de Vendas	1.353.233	100,0%	1.491.316	100,0%
Total Custo dos Produtos Vendidos	(697.381)	(51,5%)	(812.137)	(54,5%)
Custo dos Produtos Vendidos	(706.690)	(52,2%)	(823.736)	(55,2%)
Ajuste a Valor Presente	11.078	0,8%	13.814	0,9%
Depreciação e Amortização	(13.870)	(1,0%)	(16.978)	(1,1%)
Subvenção para Custeio	12.101	0,9%	14.763	1,0%
Lucro Bruto	655.852	48,5%	679.179	45,5%
Despesas Operacionais	(290.734)	(21,5%)	(306.049)	(20,5%)
Vendas	(212.549)	(15,7%)	(243.043)	(16,3%)
Empresa	(150.818)	(11,1%)	(171.008)	(11,5%)
Fixa	(64.761)	(4,8%)	(77.462)	(5,2%)
Variável	(86.057)	(6,4%)	(93.546)	(6,3%)
Lojas	(61.731)	(4,6%)	(72.035)	(4,8%)
Gerais, Administrativas e Rem.				
dos Administradores	(37.088)	(2,7%)	(43.024)	(2,9%)
Depreciação e Amortização	(15.476)	(1,1%)	(17.288)	(1,2%)
Participação nos Resultados	(28.790)	(2,1%)	(3.691)	(0,2%)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	3.169	0,2%	997	0,1%
Lucro Antes das Financeiras	365.118	27,0%	373.130	25,0%
Receitas financeiras	63.834	4,7%	66.723	4,5%
Despesas financeiras	(34.138)	(2,5%)	(29.384)	(2,0%)
Total Resultado Financeiro	29.696	2,2%	37.339	2,5%
Lucro Operacional	394.814	29,2%	410.469	27,5%
Impostos Correntes - CSSL e IRPJ	(100.840)	(7,5%)	(95.911)	(6,4%)
Impostos Diferidos - CSSL e IRPJ	3.300	0,2%	(3.544)	(0,2%)
Lucro Líquido	297.274	22,0%	311.014	20,9%
Atribuível aos acionistas da Companhia	297.274	22,0%	311.014	20,9%
EBITDA	394.464	29,1%	407.396	27,3%

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

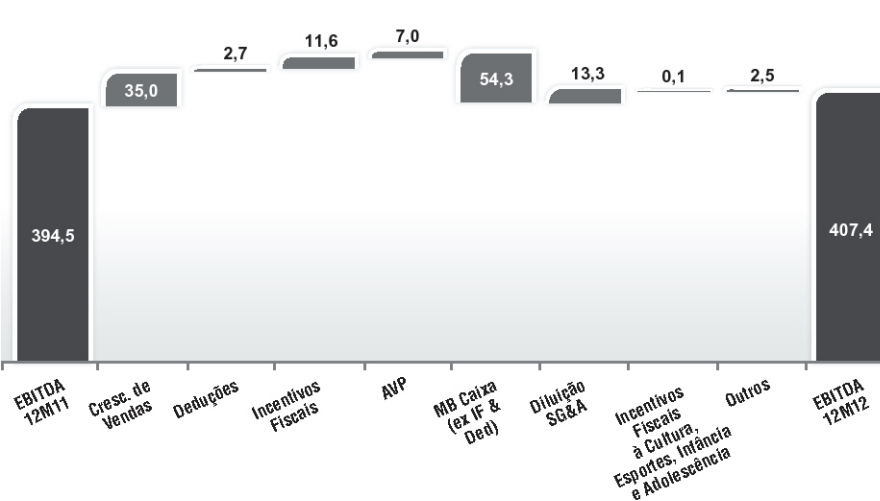
EBITDA (R\$ milhões) e Margem EBITDA (%)



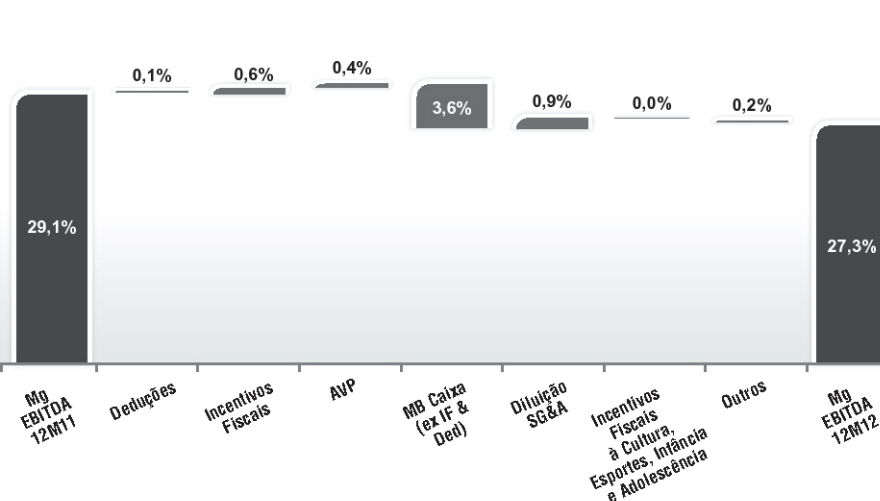
O EBITDA apresentou crescimento de 3,3% em 2012, com perda de margem de -1,8 p.p. Os principais fatores associados a este resultado são:

- Crescimento de 8,9% na **receita bruta de vendas**.
- Queda de -3,0 p.p. na **margem bruta** em 2012 devido a: (i) maior nível de desconto concedido sobre produtos restantes das coleções de outono/inverno, (ii) pressão proveniente de câmbio desvalorizado sobre importados e (iii) custos maiores de frete e horas extras incorridas nas áreas produtivas no final do ano.
- Redução significativa de despesas com **participação nos resultados** de -87,2% em 2012, em função do não atingimento de indicadores de desempenho.
- Redução em **outras receitas (despesas) operacionais** de -68,5% (R\$ 2,2 milhões) no ano devido a eventos não recorrentes que haviam impactado positivamente o ano de 2011 (ganho de créditos tributários).

EBITDA - Variação 12M12 (R\$ milhões)



Margem EBITDA - Variação 12M12



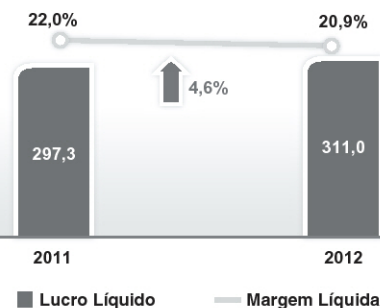
Reconciliação EBITDA

Reconciliação EBITDA - R\$ mil

	2011	2012	Var.
Lucro Líquido	297.274	311.014	4,6%
(+) IR e CSLL	97.540	99.455	2,0%
(-) Receita Financeira Líquida	(29.696)	(37.339)	25,7%
(+) Depreciações e Amortizações	29.346	34.266	16,8%
(=) EBITDA	394.464	407.396	3,3%
Margem EBITDA	29,1%	27,3%	-1,8 p.p.

Lucro Líquido (R\$ milhões) e Margem Líquida (%)

Lucro Líquido (R\$ milhões) e Margem Líquida (%)



O lucro líquido da Cia. Hering apresentou crescimento de 4,6% em 2012, com perda da margem líquida de -1,1 p.p. em 2012. Este resultado é decorrência dos seguintes fatores:

- **Resultado operacional mais fraco** com baixo crescimento de EBITDA e queda de margem EBITDA, em parte compensados por:
- **Aumento na receita financeira líquida** devido ao maior nível de despesa financeira no 3T11 em variação cambial, quando houve alta significativa na cotação do dólar, e
- Menor incidência de **imposto de renda e contribuição social**, em função de maior constituição de subvenções para investimentos e pagamento de juros sobre capital próprio em 2012.

6. GERAÇÃO DE CAIXA

A Cia. Hering apresentou na geração de caixa em 2012, um incremento de R\$ 18,8 milhões em relação ao ano anterior. Esse resultado é consequência de baixo crescimento de EBITDA combinado à menor necessidade de investimentos em capital de giro em função principalmente da redução nos estoques, e à menor provisão de PPR.

DFC Gerencial - Consolidado (R\$ mil)

	2011	2012	Var.
EBITDA	394.464	407.396	12.932
Itens Não caixa	2.322	4.236	1.914
IR&CS Corrente	(100.840)	(95.911)	4.929
Investimento em Capital de Giro	(58.470)	(43.506)	14.964
(Aumento) em contas a receber de clientes	(66.445)	(67.615)	(1.170)
(Aumento) redução nos estoques	(26.965)	6.361	33.326
Aumento (redução) em obrigações tributárias	2.088	30.130	28.042
Outros	36.911	(16.895)	(53.806)
CapEx	(47.501)	(63.489)	(15.988)
Geração de Caixa Livre	189.975	208.726	18.751
Conciliação DFC Gerencial e Contábil (R\$ mil)	2011	2012	Var.
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (contábil)	267.341	309.731	42.390
Ajuste - Itens Financeiros alocados ao caixa operacional	(29.865)	(37.516)	(7.651)
Variações monetária, cambial e juros não realizados	(4.679)	(2.803)	1.876
Resultado Financeiro	(29.696)	(37.339)	(7.643)
Juros pagos por empréstimos	4.510	2.626	(1.884)
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades de Investimento	(47.501)	(63.489)	(15.988)
Geração de Caixa Livre	189.975	208.726	18.751

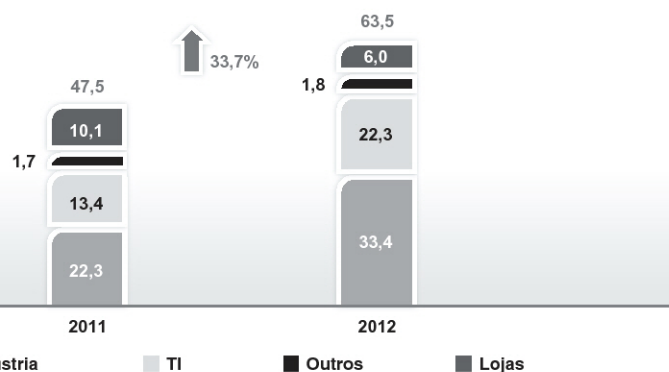
* O DFC Gerencial não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS. As informações acima são preparadas para grenciamento da Companhia e não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes.

7. INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$ 63,5 milhões em 2012. Mais uma vez, a maior parte foi destinada à área industrial (R\$ 33,4 milhões) e à infraestrutura de TI (R\$ 22,3 milhões, com destaque para o investimento decorrente da extensão do SAP para outras atividades).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Investimentos (R\$ milhões)



8. ENDIVIDAMENTO

A Cia. Hering encerrou 2012 com R\$ 194,5 milhões em caixa e aplicações financeiras e um caixa líquido de R\$ 169,8 milhões. Em decorrência do aumento na geração de caixa operacional do período, a dívida da Companhia foi reduzida em R\$ 10,2 milhões, em linha com a estratégia adotada de não renovar empréstimos bancários com juros elevados.

Endividamento - R\$ mil	2011	Part. (%)	2012	Part. (%)
Curto Prazo	(11.800)	34%	(24.555)	99%
Longo Prazo	(23.122)	66%	(152)	1%
Total da Dívida	(34.922)	100%	(24.707)	100%
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	200.786		194.486	
(=) (Endivid. Líquido) Caixa Líquido	165.864		169.779	

9. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos e JCP (juros sobre capital próprio) referentes ao exercício no montante total de R\$ 142,0 milhões (R\$ 0,86 por ação).

Foi destinado à conta de dividendos adicionais propostos o montante de R\$ 119,9 milhões, sendo R\$ 101,8 correspondentes à destinação do lucro líquido de 2012 e R\$ 18,1 correspondente à utilização de parte da reserva de retenção de lucros, a ser apresentado como proposta da Administração sujeito à deliberação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em abril de 2013.

10. RECONHECIMENTO

Em 2012, a Cia. Hering recebeu importantes premiações que refletem o reconhecimento do mercado à sua atuação:

- Excelência em Franchising, nas Marcas Hering e PUC.
- Selo Assiduidade APIMEC - SP Ouro 10 Anos.
- Maior evolução em Relação com Investidores - IR Magazine.
- Melhores e Maiores - Setor Têxtil Vestuário - Revista Exame.
- As Melhores do Brasil - Setor Têxtil, Confeção e Calçados - Brasil Econômico.
- As Melhores Companhias Para os Acionistas 2012 - Revista Capital Aberto.
- Os Mais Importantes no Varejo - Categoria: Lojas de Departamento/Magazine.
- Executivo de Valor - Setor Têxtil, Couro e Vestuário - Valor Econômico.
- Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas - Categoria Têxteis e Vestuário.
- Empresas mais admiradas no Brasil - Carta Capital - Segmento - Vestuário e Confeção.
- Hering Store eleita A MELHOR FRANQUIA DO BRASIL - Ed. Globo/PEGN.
- TOP OF MIND, marcas de destaque em Santa Catarina - 18ª Edição do Top of Mind - Categoria: Roupas de Grife Adulto: HERING a Cia. Hering recebeu o prêmio como a 10ª posição entre as maiores de Santa Catarina, ocupando o 45º lugar entre as 500 maiores empresas do Sul. Referência no ambiente corporativo ao apresentar as maiores empresas do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, a 22ª edição do *ranking*.
- 500 MAIORES DO SUL é uma realização da AMANHÃ, com apoio técnico da PricewaterhouseCoopers (PwC).
- Prêmio Ímpar, onde a Hering Store ganhou como a marca mais lembrada e de maior preferência pelos consumidores no segmento roupa feminina. Esta pesquisa foi realizada pelo IBOPE em parceria com a RIC RECORD.

11. COLABORADORES

Sabemos que uma empresa é também um elemento importante para transformação da sociedade e dos indivíduos. A empresa de resultados, que é a razão de ser de toda companhia, deve estar aliada a práticas responsáveis do ponto de vista social e ambiental, de modo que o crescimento da organização possibilite o desenvolvimento de seus colaboradores, não comprometa a qualidade de vida das gerações atuais e futuras e signifique também o crescimento de todos os que estão à sua volta.

A Cia. Hering está evoluindo em seus processos de Gestão de Pessoas de forma a refletir o alinhamento destes à Cultura e Estratégia de longo prazo, garantindo o engajamento de nossos colaboradores na busca por entregar valor a todos os *stakeholders*.

Em 2012 investimos na revisão da Gestão Integrada de Performance que viabilize o fortalecimento de um *set* de competências essenciais e organizacionais, assim como na estruturação da atratividade da Cia. Hering como um local em que as pessoas possam explorar seus talentos. A Companhia finalizou o ano com 8.858 colaboradores.

12. PERSPECTIVAS

Uma vez superadas as dificuldades enfrentadas e ambiente adverso de 2012, a Cia. Hering segue otimista em relação às perspectivas para o ano de 2013. Acreditamos que o cenário macroeconômico já tenha indicado leves sinais de melhora ao final do ano passado, o resultado dos *showrooms* de férias e outono corrobora essa visão e indica tendência de evolução ao longo de 2013. A Companhia seguirá explorando o potencial de suas marcas, principalmente Hering e Hering Kids, dentro do atual modelo de negócios que tem gerado resultados expressivos em termos de criação de valor e retorno aos acionistas. Ainda assim, devido ao estágio mais maduro de nossa estratégia e alto nível de produtividade de nossas operações, acreditamos que os níveis de crescimento de vendas e de resultados devem ser moderados em relação aos apresentados nos últimos anos.

A marca Hering segue como a principal plataforma de crescimento da Companhia. O estudo de potencial de expansão da rede Hering Store no Brasil foi atualizado, e indicou potencial de até 796 lojas, reiterando o otimismo da Administração em relação às perspectivas de crescimento da rede Hering Store. Dessa forma, esperamos atingir 592 lojas ao fim de 2013 (incremento de 77 lojas), e o foco das inaugurações será, principalmente, em cidades pequenas e médias onde a marca ainda é pouco presente. Além disso, continuamente buscamos oportunidades de crescimento de vendas e resultados através de incremento de preço médio por meio da melhoria da oferta do mix de produtos, dada a alta produtividade de vendas/m² da base mais antiga de lojas. No varejo multimarcas, manteremos a busca pelo crescimento a partir da qualificação da distribuição e foco no incremento de *market share* nos clientes atuais, embora parte das vendas deste canal possa ser prejudicada pela abertura das primeiras Hering Stores em cidades pequenas e médias, que oferecem uma experiência de compra melhor ao consumidor final pelo mesmo preço.

No canal varejo infantileiremos em busca do aumento de participação de nossas duas marcas no mercado varejo multimarcas, além da expansão do formato Hering Kids. Daremos continuidade ao desenvolvimento da rede de lojas Hering Kids, com plano de abertura de 30 novas lojas em 2013, a fim de atingir 57 ao final do ano, o que deve transformar a marca na de maior nível de crescimento em nosso portfólio. Na PUC, faremos algumas expansões pontuais na rede mantendo o posicionamento mais elevado da marca.

Quantidade de Lojas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (*)
Hering Store	181	230	276	347	432	515	592
Hering Kids				2	5	27	57

(*) Estimado

Na dzarm., seguiremos investindo no desenvolvimento da marca através da abertura de mais algumas lojas *flagship*, e de investimentos adicionais em marketing. Além disso, devem ser feitos alguns ajustes em sua estrutura de gestão de modo que maior foco seja dedicado à marca e ela seja pensada de forma integrada por todas as funções da Companhia.

No varejo *online*, os investimentos já promovidos na nova infraestrutura de tecnologia e logística e o relançamento das novas *webstores* nos permitirão capturar o alto potencial de crescimento desse canal, e seguiremos em busca de novas oportunidades para explorar ainda mais este potencial.

Em relação às margens operacionais, não esperamos evoluções para o ano de 2013. Ainda que na margem bruta seja possível recuperar parte das perdas de 2012 em função dos ajustes de preços e diminuição das atividades promocionais, a alteração na legislação de incentivos fiscais de importação e a normalização da participação nos resultados dificultará expansão da margem EBITDA neste ano.

A Cia. Hering continuará apostando no seu potencial de crescimento orgânico, explorando o potencial das marcas de seu portfólio combinado com um modelo de negócios que gera alto retorno sobre o capital investido, enquanto se mantém atenta a outras oportunidades de crescimento que venham a surgir.

13. ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia está apresentando na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2013, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

Orçamento de Capital e Capital de Giro - R\$ mil

Investimentos	100.133
Lojas	36.486
Industrial	25.979
Logística	9.235
Tecnologia da Informação	24.588
Outros	3.845
Total Geral	100.133
Fontes Próprias (Reserva de retenção de lucros)	4.595
Fontes Próprias (Geração de caixa da operação)	95.538

14. AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2012, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

15. ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei

nº 6.404/76, no Estatuto, e no Regulamento do Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011		
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	187.738	194.485	193.470	199.849					
Contas a receber de clientes	7	429.185	361.867	429.482	361.867					
Estoques	9	210.996	217.357	210.996	217.357					
Impostos a recuperar	10	13.235	13.773	13.241	13.778					
Outras contas a receber	8	3.396	7.578	3.574	7.756					
Despesas antecipadas		423	649	423	649					
		844.973	795.709	851.186	801.256					
Passivo										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	16	24.555	11.800	24.555	11.800					
Fornecedores		154.688	124.558	154.688	124.558					
Salários e encargos sociais		36.191	27.851	36.191	27.851					
Parcelamentos tributários e previdenciários	17	7.527	8.223	7.527	8.223					
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	29.796	45.210	29.876	45.264					
Obrigações tributárias	18	20.666	15.931	20.683	15.959					
Provisões para riscos e outras provisões	20	22.033	35.969	22.033	35.969					
Obrigações por incentivos fiscais	19	11.614	4.678	11.614	4.678					
Dividendos e juros de capital próprio a pagar		443	421	443	421					
Partes relacionadas	21	3.196	-	-	-					
Outras contas a pagar		5.955	5.432	7.369	6.719					
		316.664	280.073	314.979	281.442					
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	16	152	23.122	152	23.122					
Partes relacionadas	21	-	2.944	-	-					
Parcelamentos tributários e previdenciários	17	14.772	21.725	14.772	21.725					
Impostos diferidos	11	-	5.121	-	5.121					
Provisões para riscos e outras provisões	20	11.747	9.486	11.747	9.486					
Benefícios a empregados	22	19.121	13.155	19.121	13.155					
Obrigações por incentivos fiscais	19	37.241	42.759	37.241	42.759					
Passivo a descoberto	13	212	19	-	-					
Outras contas a pagar		170	404	322	405					
		83.415	118.735	83.355	115.773					
Patrimônio líquido										
Capital social	24	235.974	229.879	235.974	229.879					
Reserva de capital		6.602	3.911	6.602	3.911					
Reservas de lucros		413.371	362.359	413.371	362.359					
Ajuste de avaliação patrimonial		8.170	8.432	8.170	8.432					
Dividendos adicionais propostos		119.883	106.230	119.883	106.230					
Atribuído aos acionistas controladores		784.000	710.811	784.000	710.811					
		1.184.079	1.109.619	1.182.334	1.108.026					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011		2012	2011		
Receita operacional líquida	28	1.488.361	1.351.304	1.491.316	1.353.233					
Custo dos produtos vendidos	29	(812.137)	(697.381)	(812.137)	(697.381)					
Lucro bruto		676.224	653.923	679.179	655.852					
Receitas (despesas) operacionais										
Vendas	30	(243.040)	(212.546)	(243.043)	(212.549)					
Administrativas e gerais	31	(35.993)	(30.521)	(36.018)	(30.561)					
Honorários da Administração	21	(6.988)	(6.511)	(7.006)	(6.527)					
Depreciação e amortização		(17.288)	(15.476)	(17.288)	(15.476)					
Participação nos resultados	26	(3.691)	(28.790)	(3.691)	(28.790)					
Outras receitas operacionais líquidas	32	1.174	3.177	997	3.169					
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		370.398	363.256	373.130	365.118					
Receitas financeiras	33	66.633	63.742	66.723	63.834					
Despesas financeiras	33	(29.834)	(34.587)	(29.384)	(34.138)					
Receitas (despesas) financeiras líquidas		36.799	29.155	37.339	29.696					
Equivalência patrimonial	13	2.920	1.958	-	-					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		410.117	394.369	410.469	394.814					
Imposto de renda e contribuição social correntes	34	(95.559)	(100.395)	(95.911)	(100.840)					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34	(3.544)	3.300	(3.544)	3.300					
Lucro líquido do exercício		311.014	297.274	311.014	297.274					
Atribuível a:										
Acionistas da Companhia		311.014	297.274	311.014	297.274					
Não controladores		-	-	-	-					
Lucro por ação - R\$										
Básico	35	1,8975	1,8221	1,8975	1,8221					
Diluído	35	1,8865	1,8055	1,8865	1,8055					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício	311.014	297.274	311.014	297.274
Outros resultados abrangentes				
Benefícios a empregados - plano de previdência privada	(634)	(2.396)	(634)	(2.396)
Benefícios a empregados - plano de saúde	2.291	-	2.291	-
	1.657	(2.396)	1.657	(2.396)
Resultado abrangente do exercício	312.671	294.878	312.671	294.878
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Atribuído a sócios da Companhia controladora	312.671	294.878	312.671	294.878
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado									
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Total
			Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2010	226.293	2.091	87.960	18.065	145.568	39.463	-	8.784	-	528.224
Aumento de capital	3.586	-	-	-	-	-	-	-	-	3.586
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.396)	(2.396)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	(2.396)	-	2.396	-
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	(12.862)	-	-	(12.862)
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	1.820	-	-	-	-	-	-	-	1.820
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	352	(352)	-	-
Dividendos adicionais propostos 2010	-	-	-	-	-	(39.463)	-	-	-	(39.463)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	297.274	-	-	297.274
Destinações:										
Reserva legal (nota explicativa 24.c)	-	-	-	14.864	-	-	(14.864)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.c)	-	-	46.655	-	-	-	(46.655)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.d e 25)	-	-	-	-	-	-	(65.372)	-	-	(65.372)
Dividendos adicionais propostos (nota explicativa 24.d)	-	-	-	-	-	106.230	(106.230)	-	-	-
Proposição de constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.c)	-	-	-	-	49.247	-	(49.247)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	229.879	3.911	134.615	32.929	194.815	106.230	-	8.432	-	710.811
Aumento de capital	6.095	-	-	-	-	-	-	-	-	6.095
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada	-	-	-	-	-	-	-	-	(634)	(634)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	(634)	-	634	-
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.291	2.291
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	2.291	-	(2.291)	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	2.691	-	-	-	-	-	-	-	2.691
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	262	(262)	-	-
Dividendos adicionais propostos 2011	-	-	-	-	-	(106.230)	-	-	-	(106.230)
Transferência de reservas de retenção de lucros	-	-	-	-	(18.076)	18.076	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	311.014	-	-	311.014
Destinações:										
Reserva legal (nota explicativa 24.c)	-	-	-	14.267	-	-	(14.267)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.c)	-	-	50.226	-	-	-	(50.226)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.d e 25)	-	-	-	-	-	-	(142.038)	-	-	(142.038)
Dividendos adicionais propostos (nota explicativa 24.d)	-	-	-	-	-	101.807	(101.807)	-	-	-
Proposição de constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.c)	-	-	-	-	4.595	-	(4.595)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	235.974	6.602	184.841	47.196	181.334	119.883	-	8.170	-	784.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de Reais)					DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011		2012	2011	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais					Receitas				
Lucro líquido do exercício	311.014	297.274	311.014	297.274	Vendas de mercadoria (receita bruta)	1.790.522	1.645.140	1.793.661	1.647.308
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.247)	(4.832)	(2.247)	(4.832)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	3.544	(3.300)	3.544	(3.300)	Resultados não operacionais	-	(191)	-	(192)
Variações monetária, cambial e juros não realizados	3.063	5.005	2.803	4.679	1.788.275	1.640.117	1.791.414	1.642.284	
Depreciação e amortização	34.266	29.346	34.266	29.346	Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Provisão créditos liquidação duvidosa	2.247	4.832	2.247	4.832	Matérias-primas consumidas	(320.621)	(319.195)	(320.800)	(319.436)
Resultado na venda de ativos permanentes	1.545	495	1.545	502	Custos das mercadorias vendidas	(215.041)	(208.976)	(215.041)	(208.976)
Plano de opção de compra de ações	2.691	1.820	2.691	1.820	Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(380.073)	(279.203)	(380.251)	(279.270)
Equivalência patrimonial	(2.920)	(1.958)	-	-	(915.735)	(807.374)	(916.092)	(807.682)	
Variações nos ativos e passivos					Retenções				
(Aumento) em contas a receber de clientes	(69.565)	(71.277)	(69.862)	(71.277)	Depreciação e amortização	(34.266)	(29.346)	(34.266)	(29.346)
(Aumento) redução nos estoques	6.361	(26.965)	6.361	(26.965)	Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	838.274	803.397	841.056	805.256
(Aumento) redução em impostos a recuperar	24	(7.304)	24	(7.249)	Valor adicionado recebido em transferência				
Redução em outros ativos	5.558	2.760	5.558	2.758	Equivalência patrimonial	2.920	1.958	-	-
Aumento em fornecedores	30.130	2.088	30.130	2.088	Receitas financeiras	66.633	63.742	66.723	63.834
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	(1.347)	287	(1.069)	432	Aluguéis e <i>royalties</i>	751	1.919	751	1.919
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(16.910)	36.845	(16.895)	36.911	70.304	67.619	67.474	65.753	
Juros pagos por empréstimos	(2.626)	(4.510)	(2.626)	(4.510)	Valor adicionado total a distribuir	908.578	871.016	908.530	871.009
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	307.075	265.438	309.731	267.341	Distribuição do valor adicionado				
Fluxos de caixa das atividades de investimento					Pessoal				
Dividendos recebidos	2.325	-	-	-	Remuneração direta	161.372	164.210	161.372	164.231
Aquisições de ativo imobilizado	(44.111)	(36.013)	(44.111)	(36.013)	Benefícios	28.857	23.700	28.857	23.700
Adições de ativo intangível	(19.378)	(11.488)	(19.378)	(11.488)	F.G.T.S.	12.149	11.119	12.149	11.119
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(61.164)	(47.501)	(63.489)	(47.501)	202.378	199.029	202.378	199.050	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					Tributos				
Aumento de capital	6.095	3.586	6.095	3.586	Federais	284.063	268.322	284.413	268.764
Aplicações financeiras	(79)	320	(79)	320	Estaduais	59.624	60.052	59.624	60.052
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(248.245)	(119.295)	(248.245)	(119.295)	Municipais	1.123	976	1.123	976
Empréstimos tomados	10.440	11.363	10.440	11.363	344.810	329.350	345.160	329.792	
Pagamentos de empréstimos	(20.832)	(30.514)	(20.832)	(30.514)	Remuneração do capital de terceiros				
Partes relacionadas	(37)	187	-	-	Juros	5.030	7.588	5.030	7.588
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(252.658)	(134.353)	(252.621)	(134.540)	Aluguéis	25.872	20.577	25.872	20.577
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(6.747)	83.584	(6.379)	85.300	Outros	19.474	17.198	19.076	16.728
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					50.376	45.363	49.978	44.893	
No início do exercício	194.485	110.901	199.849	114.549	Remuneração de capitais próprios				
No fim do exercício	187.738	194.485	193.470	199.849	Dividendos e juros sobre capital próprio	142.038	65.372	142.038	65.372
	(6.747)	83.584	(6.379)	85.300	Dividendos adicionais propostos	119.883	106.230	119.883	106.230
					Lucros retidos	49.093	125.672	49.093	125.672
					311.014	297.274	311.014	297.274	
					Valor adicionado total distribuído	908.578	871.016	908.530	871.009

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Norte, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral.

As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGTX3.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Cia. Hering, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2013.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo ou passivo atuarial de benefício definido que é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido e do plano de pagamentos baseados em ações.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 11 - Realização de imposto de renda diferido

Nota 20 - Provisão para riscos e outras provisões

Nota 22 - Benefícios a empregados

Nota 23 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

Nota 27 - Mensuração de pagamento baseado em ações

Nota 36 - Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

	País	Participação (%)	
		2012	2011
Têxtil Santa Catarina Ltda.	Brasil	100,00	100,00
VH Serviços e Construções S.A.	Brasil	94,16	94,16
Garema Malhas Ltda.	Brasil	100,00	100,00
HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Hering Internacional SAFI	Uruguai	100,00	100,00
Hering Overseas Ltd.	Ilhas Cayman	100,00	100,00

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

O saldo de investimento da controlada Hering Overseas, está sendo apresentado líquido de itens monetários conforme previsto no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10, parágrafo 15, considerando que a liquidação não está planejada nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível.

b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento.

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa 7). A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

A *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o período corrente, foram calculadas utilizando a média ponderada da vida útil dos bens de cada grupo, e estão demonstradas abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>Vida útil média ponderada (em anos)</u>
Edifícios e benfeitorias	30,26
Instalações e equipamentos de produção	10,02
Móveis e utensílios	9,07
Bens de informática	5,38
Veículos	4,39
Benfeitorias em imóveis de terceiros	17,18

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis prospectivamente.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui marcas e patentes, fundo de comércio e *software* como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	10 anos
Fundo de comércio	5 anos
<i>Software</i>	5 anos

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto.

Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendador.

k) Benefícios a empregados**(i) Planos de benefícios definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A Companhia possui planos de assistência médica e plano de previdência privada para seus funcionários (planos de benefício definido). Para ambos os casos, os cálculos atuariais são realizados anualmente por um atuário qualificado e independente contratado pela Companhia. A obrigação líquida da Companhia quanto aos benefícios definidos é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. No caso do plano de pensão quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão e planos de saúde é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores; aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(iv) Transações de pagamento baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

m) Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,70% a.m. que representa o custo médio de captação da Companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 82 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 53 dias. O incentivo fiscal "PRODEC III", para os quais há incidência de juros de 4% a.a. foram ajustados a valor presente pela taxa média de captação da Companhia.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo e a sua reversão são registrados no resultado financeiro.

n) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo, quando aprovados em Assembleia Geral.

o) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional do varejo e da rede de franquias do mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede os ajustes na receita operacional quando necessário.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

p) Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 19. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas - impostos incidentes, nos custos dos produtos vendidos tendo como contrapartida os valores que foram financiados, registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

q) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa e receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são registradas no resultado através do método de juros efetivos.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto diferido referente ao passivo atuarial de benefícios a empregados é reconhecido no resultado abrangente quando refere-se ao passivo referente a ganhos ou perdas atuariais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, pelas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A partir do terceiro trimestre de 2012 o imposto de renda e a contribuição social diferidos passaram a ser apresentados de forma líquida, conforme requerido pelo CPC 32.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados periodicamente serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite, entre outras situações, neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

s) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

t) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na nota 37.

u) Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas ao final de cada exercício. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício seguinte estão incluídas nas notas explicativas de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 11), Provisões para riscos tributários, cíveis, previdenciárias e trabalhistas (nota 20) e Instrumentos Financeiros (nota 23).

v) Divulgação das normas publicadas ainda não vigentes

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

• IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração (CPC 38,39 e 40) - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

• IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (CPC 36 (R3)) - a IFRS 10 substitui o SIC 12 e a IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

• IFRS 11 – Joint Ventures (CPC 18 (R2)) - O IFRS 11 substitui o SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. De acordo com essa norma, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e obrigações das partes dos acordos. As joint ventures devem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, podem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e a Companhia não prevê efeitos como resultado de sua adoção.

• IFRS 12 - Divulgação da participação em outras entidades (CPC 45) - a IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

• IFRS 13 - Mensuração do valor justo (CPC 46) - a IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS. A seguir elencamos as principais emendas:

• IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras (CPC 26 (R1)) – apresentação de itens de “Outros resultados abrangentes”, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012. Esta norma não produziu efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia;

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

• IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (CPC 36) – como consequência da aplicação futura das IFRS 10 e 12, o que permanece na norma restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

• IAS 28 - Investimentos em Coligadas (CPC 18 (R2)) – como consequência da aplicação futura das IFRS 11 e 12, a norma passa a ser a IAS 28 – Investimentos em Associadas, Joint Ventures, e descreve a aplicação do método da equivalência patrimonial para investimento em joint ventures, além do investimento em associadas, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e a Companhia não prevê efeitos como resultado de sua adoção.

• IAS32 - Instrumentos financeiros – Apresentação (CPC 39): adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Transações de pagamentos baseado em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes.

Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota 27).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Rendimentos	Controladora		Consolidado	
		em 2012	2012	2011	2012
Circulante					
Caixa e bancos		10.773	7.244	11.161	7.611
Caixa e bancos -					
Moeda estrangeira		299	816	4.484	4.694
Aplicações					
financeiras:					
Renda fixa - CDB	100,9% a 102,0% da variação do CDI	86.365	61.498	87.524	62.617
Renda fixa -					
Operações					
compromissadas	101% a 102,8% da variação do CDI	90.301	124.927	90.301	124.927
		187.738	194.485	193.470	199.849

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Refere-se às aplicações em certificados de depósitos bancários - CDB, com rendimento de 99,5% do CDI, que serão mantidas até o vencimento. Essas aplicações financeiras estão vinculadas a operações de empréstimos realizadas pela Companhia.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
No país	436.579	375.817	436.876	375.817
No exterior	8.102	2.787	8.102	2.787
	444.681	378.604	444.978	378.604
Ajuste a valor presente	(5.886)	(6.040)	(5.886)	(6.040)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.610)	(10.697)	(9.610)	(10.697)
	429.185	361.867	429.482	361.867

A realização do valor do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 82 dias.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 23.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
Adiantamento a fornecedores externos	-	2.917	-	2.917
Adiantamento a fornecedores internos	39	1.535	39	1.535
Adiantamento a funcionários	1.660	1.922	1.660	1.922
Contas a receber pela venda de imobilizado	1.076	855	1.076	855
Outros	621	349	799	527
	3.396	7.578	3.574	7.756
Não circulante				
Fomentar - Bolsa Garantia	1.053	1.053	1.053	1.053
Produzir - Bolsa Universitária	743	612	743	612
Depósitos Judiciais				
INSS	141	141	141	141
IPTU	496	496	496	496
Outros	556	484	556	484
Depósitos trabalhistas				
Garantia para reclamações trabalhistas	3.149	3.704	3.149	3.704
Contas a receber pela venda de imobilizado	-	1.076	-	1.076
Outros	611	333	660	382
	6.749	7.899	6.798	7.948

9. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Produtos acabados	33.541	44.784
Produtos para revenda	40.612	69.259
Produtos em elaboração	53.635	35.417
Estoque em poder de terceiros	17.872	20.884
Matérias-primas e almoxarifado	46.854	39.894
Importações em andamento	19.647	8.156
Adiantamento a fornecedores	1.877	-
Provisão para ajuste a valor de realização	(3.042)	(1.037)
	210.996	217.357

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, bem como sobra de coleções, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização. Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Saldo no início do exercício	(1.037)	(573)
Constituição provisão	(2.484)	(464)
Reversão provisão por venda	479	-
Saldo no final do exercício	(3.042)	(1.037)

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

	Circulante			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IPI (a)	1.237	1.090	1.237	1.090
ICMS a recuperar	4.018	5.119	4.018	5.119
IRPJ e CSLL a recuperar	11	3.177	11	3.177
INSS a recuperar (b)	6.965	3.705	6.965	3.705
Outros	1.004	682	1.010	687
	13.235	13.773	13.241	13.778
	Não circulante			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IPTU (c)	1.736	1.616	1.736	1.616
ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado	6.354	6.948	6.354	6.948
Outros	988	-	1.099	112
	9.078	8.564	9.189	8.676

(a) **IPI** - origina-se do saldo credor de IPI relativo à aquisição de matérias-primas, materiais intermediários e materiais de embalagem, em função da não tributação do IPI (tributado à alíquota zero) sobre artigos do vestuário. O saldo está sendo utilizado para compensação/quitação de PIS e COFINS. Não há atualização monetária por se tratar de crédito escritural.

(b) **INSS a recuperar** - trata-se de ação que questionava o recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre valores pagos a autônomos, avulsos e administradores e que transitou em julgado em favor da Companhia em 8 de julho de 2011, no montante de R\$ 3.654, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2012. Em novembro de 2012 transitou em julgado em favor da Companhia a ação que questionava o percentual de recolhimento da contribuição previdenciária destinada ao antigo Seguro Acidente do Trabalho (SAT) e atual Risco de Acidente de Trabalho (RAT), o que resultou num crédito de R\$ 4.161 atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2012, registrado o montante de R\$ 829 em resultado financeiro e o montante de R\$ 3.332 em outras despesas operacionais líquidas.

(c) **Imposto predial e territorial urbano (IPTU)** - a Cia. Hering registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade nas exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006. Em junho de 2011, a Companhia procedeu o registro da atualização monetária do crédito à taxa de 1% ao mês, a partir da data do reconhecimento do crédito, no montante de R\$ 739.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS**a) Composição**

A Companhia registra impostos diferidos sobre as adições e exclusões temporárias como demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Ativo		
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	1.339	1.594
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.267	3.637
Provisão para despesas administrativas	1.271	1.031
Provisão para PPR	59	6.111
Provisão para despesas comerciais	1.866	1.516
Provisão para despesas variáveis de vendas	4.344	3.259
Provisão para perda estoques obsoletos	1.035	353
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	3.144	2.400
Passivo atuarial benefícios a empregados	6.501	-
Tributos com exigibilidade suspensa	456	420
Outras diferenças temporárias	190	912
Total do ativo	23.472	21.233

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Passivo		
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(743)	(745)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(4.208)	(4.343)
Outras diferenças temporárias	(30)	(33)
Total do passivo	(4.981)	(5.121)

O tributo sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados está sendo realizado pelo pagamento das contribuições.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com lucros tributáveis. As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2012 são:

2013	10.717
2014	1.020
2015	1.020
2016	207
Acima de 2016	10.508
	23.472

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b) Movimentação dos impostos diferidos no exercício

	Controladora e Consolidado			
	Reconhecido		em outros	
	Saldo em 2011	Reconhecido no resultado	resultados abrangentes	Saldo em 2012
Ativo				
Tributos com exigibilidade suspensa	420	36	-	456
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	1.594	(255)	-	1.339
Passivo atuarial benefícios a empregados	-	578	5.923	6.501
Provisões temporárias	19.219	(4.043)	-	15.176
	21.233	(3.684)	5.923	23.472

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2010	Reconhecido no resultado	Saldo em 2011	
Passivo				
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(745)	2	-	(743)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(4.343)	135	-	(4.208)
Outras diferenças temporárias	(33)	3	-	(30)
	(5.121)	140	-	(4.981)

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2010	Reconhecido no resultado	Saldo em 2011	
Ativo				
Tributos com exigibilidade suspensa	1.247	(827)	-	420
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	1.151	443	-	1.594
Provisões temporárias	15.643	3.576	-	19.219
	18.041	3.192	-	21.233

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2010	Reconhecido no resultado	Saldo em 2011	
Passivo				
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(705)	(40)	-	(745)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(4.524)	181	-	(4.343)
Outras diferenças temporárias	-	(33)	-	(33)
	(5.229)	108	-	(5.121)

12. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Em função de ação judicial transitada em julgada, a Companhia, no ano 2000, relativo ao período 1987 a 1994, e em 2001, para o período 1977 a 1986, constituiu créditos decorrentes de diferenças do pagamento de juros e atualização monetária sobre o Empréstimo Compulsório efetuado em favor da Eletrobrás. Os valores incontroversos que a Companhia estimava receber em decorrência da ação judicial foram realizados em abril de 2007 e janeiro de 2010, e dezembro de 2011. A Companhia permanece com a ação de execução judicial contra a Eletrobrás, buscando a realização de valores cujos montantes ainda não foram definidos pela Justiça Federal.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. INVESTIMENTOS

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o período.

	Têxtil Santa Catarina Ltda.	VH Serviços e Constr. S.A.	Garema Malhas Ltda.	HRG Com. Vest. Intern. de Serviços Finan. Ltda.	Hering Internac. S.A. - SAFI	Hering Overseas Ltd.	2012	2011
Total de ativos circulante e não circulante	144	185	24	1.847	9.250	7.003	18.453	16.781
Total de passivos circulante e não circulante	-	207	215	96	8.118	2.167	10.803	9.725
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	144	(22)	(191)	1.751	1.132	4.836	7.650	7.056
Receitas líquidas do período	-	-	-	2.956	-	-	2.956	1.929
Resultado do período	(9)	(9)	(185)	2.670	-	(41)	2.426	1.322
Participação no capital em %	100,00%	94,16%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%		
Saldo no início do período	153	(13)	(6)	1.406	1.039	4.476	7.055	5.097
Dividendos	-	-	-	(2.325)	-	-	(2.325)	-
Equivalência patrimonial	(9)	(8)	(185)	2.669	93	360	2.920	1.958
Investimento pela equivalência patrimonial	144	(21)	(191)	1.750	1.132	4.836	7.650	7.055

Durante o período foram recebidos dividendos da investida HRG. O total dos investimentos com valores negativos em função do passivo a descoberto das controladas no montante de R\$ 212 (R\$ 19 em 2011), foi classificado na rubrica de passivo a descoberto no passivo não circulante. Conforme orientado pelo CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, parágrafo 15, o investimento mantido na controlada Hering Overseas Ltd. está apresentado pelo valor líquido de um empréstimo devido pela Companhia àquela empresa pois foi considerado, em essência, como parte do investimento líquido. Essa apresentação foi efetuada ocorrendo, principalmente, que a liquidação não está planejada nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível. O valor do patrimônio líquido da Hering Overseas Ltd. em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 232.382, e o valor a receber da Cia. Hering (passivo da Companhia) era de R\$ 227.546.

14. ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

	Consolidado			
	2012	2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	100.510	(18.469)	82.041	84.701
Instalações e equipamentos de produção	165.303	(70.175)	95.128	93.454
Móveis e utensílios	21.355	(10.248)	11.107	7.877
Bens de informática	24.206	(9.545)	14.661	13.706
Veículos	1.826	(951)	875	848
Benfeitorias em imóveis de terceiros	21.334	(2.167)	19.167	8.604
Terrenos	28.624	-	28.624	28.636
Imobilização em andamento	4.883	-	4.883	812
	368.041	(111.555)	256.486	238.638

b) Movimentação do custo e depreciação

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2012 é demonstrada conforme a seguir:

	Consolidado				
	Saldo em 2011	Adições	Transfe-rências	Baixas	Saldo em 2012
Custo:					
Edifícios e benfeitorias	99.714	51	1.123	(378)	100.510
Instalações e equipamentos de produção	148.698	14.299	2.972	(666)	165.303
Móveis e utensílios	16.291	4.303	783	(22)	21.355
Bens de informática	19.935	4.218	409	(356)	24.206
Veículos	1.611	278	19	(82)	1.826
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9.886	7	11.442	(1)	21.334
Terrenos	28.636	-	-	(12)	28.624
Imobilização em andamento	812	20.955	(16.748)	(136)	4.883
	325.583	44.111	-	(1.653)	368.041

	Consolidado				
	Saldo em 2011	Adições	Transfe-rências	Baixas	Saldo em 2012
Depreciação:					
Edifícios e benfeitorias	(15.013)	(3.531)	-	75	(18.469)
Instalações e equipamentos de produção	(55.244)	(15.306)	-	375	(70.175)
Móveis e utensílios	(8.414)	(1.854)	-	20	(10.248)
Bens de informática	(6.229)	(3.575)	-	259	(9.545)
Veículos	(763)	(267)	-	79	(951)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.282)	(885)	-	-	(2.167)
	(86.945)	(25.418)	-	808	(111.555)
	238.638	18.693	-	(845)	256.486

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2011 é demonstrada conforme a seguir:

	Consolidado				
	Saldo em 2010	Adições	Transfe-rências	Baixas	Saldo em 2011
Custo:					
Edifícios e benfeitorias	97.690	83	1.941	-	99.714
Instalações e equipamentos de produção	129.691	13.622	5.699	(314)	148.698
Móveis e utensílios	12.707	3.720	136	(272)	16.291
Bens de informática	14.077	5.502	699	(343)	19.935
Veículos	1.217	511	-	(117)	1.611
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.150	-	4.825	(89)	9.886
Terrenos	28.636	-	-	-	28.636
Imobilização em andamento	1.569	12.575	(13.300)	(32)	812
	290.737	36.013	-	(1.167)	325.583

Depreciação:

Edifícios e benfeitorias	(11.540)	(3.473)	-	-	(15.013)
Instalações e equipamentos de produção	(42.277)	(13.174)	-	207	(55.244)
Móveis e utensílios	(7.115)	(1.530)	-	231	(8.414)
Bens de informática	(3.997)	(2.473)	-	241	(6.229)
Veículos	(692)	(149)	-	78	(763)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(890)	(402)	-	10	(1.282)
	(66.511)	(21.201)	-	767	(86.945)
	224.226	14.812	-	(400)	238.638

c) Revisão de vida útil

Em virtude da revisão de vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2012, a vida útil média dos ativos imobilizados sofreram alterações em relação ao exercício anterior. Devido a ampla faixa de taxas de depreciação, calculamos a vida útil média ponderada de cada grupo de itens do ativo imobilizado:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Vida útil média	Vida útil média
	(em anos) - nova	(em anos) - anterior
Edifícios e benfeitorias	30,26	31,95
Instalações e equipamentos de produção	10,02	10,95
Móveis e utensílios	9,07	9,92
Bens de informática	5,38	6,04
Veículos	4,39	6,11
Benfeitorias em imóveis de terceiros	17,18	16,35

Em 2011 não houve necessidade de alteração da vida útil dos ativos imobilizados, mantendo a avaliação efetuada no ano de 2010. Em 2012, houve nova avaliação da vida útil e em decorrência da nova definição da vida útil para os ativos da Companhia, o montante de R\$ 5.458 foi acrescido na despesa de depreciação no custo dos produtos vendidos e nas demais despesas no exercício de 2012. Não foi possível estimar o efeito da alteração da nova vida útil para os períodos subsequentes, tendo em vista que todo ano será efetuada a avaliação da vida útil dos itens do imobilizado, e que nos períodos subsequentes há aquisições e baixas de bens dos ativos imobilizados.

d) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados como garantia de empréstimos e financiamentos e incentivos fiscais, conforme demonstrados na nota explicativa 16 e nota explicativa 19 respectivamente.

e) Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

15. INTANGÍVEL**a) Composição do saldo**

	Controladora e Consolidado			
	2012		2011	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Vida útil definida				
Marcas e patentes ⁽ⁱ⁾	2.607	(1.972)	635	557
Fundo de comércio ⁽ⁱⁱ⁾	31.046	(19.493)	11.553	16.640
Software ⁽ⁱⁱⁱ⁾	33.518	(20.970)	12.548	12.141
Intangível em andamento <i>software</i> ^(iv)	14.432	-	14.432	-
	81.603	(42.435)	39.168	29.338

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao registro das marcas da Companhia, acrescido do custo pela renovação das mesmas junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. A amortização é registrada na rubrica depreciação e amortização no resultado do exercício.

⁽ⁱⁱ⁾ Trata-se do registro dos registros comerciais das lojas próprias que são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. A amortização é registrada na rubrica depreciação e amortização no resultado do exercício.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se ao registro dos *softwares* adquiridos de terceiros que são amortizados pela vida útil definida em laudo da avaliação. A amortização é registrada na rubrica depreciação e amortização no resultado do exercício.

^(iv) Refere-se principalmente ao projeto de implantação do sistema SAP.

b) Movimentação do custo e amortização

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2012 é demonstrada conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2011	Adições	Baixas	Saldo em 2012
Custo:				
Marcas e patentes	2.410	197	-	2.607
Fundo de comércio	30.685	1.603	(1.242)	31.046
Software	30.372	3.146	-	33.518
Intangível em andamento <i>software</i>	-	14.432	-	14.432
	63.467	19.378	(1.242)	81.603
Amortização:				
Marcas e patentes	(1.853)	(119)	-	(1.972)
Fundo de comércio	(14.045)	(5.990)	542	(19.493)
Software	(18.231)	(2.739)	-	(20.970)
	(34.129)	(8.848)	542	(42.435)
	29.338	10.530	(700)	39.168

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2011 é demonstrada conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Saldo em 2011
Custo:				
Marcas e patentes	2.296	114	-	2.410
Fundo de comércio	26.735	4.246	(296)	30.685
Software	23.244	7.128	-	30.372
	52.275	11.488	(296)	63.467
Amortização:				
Marcas e patentes	(1.742)	(111)	-	(1.853)
Fundo de comércio	(8.832)	(5.415)	202	(14.045)
Software	(15.612)	(2.619)	-	(18.231)
	(26.186)	(8.145)	202	(34.129)
	26.089	3.343	(94)	29.338

c) Valor recuperável de ativos

O intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

a) Saldos

	Encargos anuais	Ano de vencimento	Moeda	Controladora e Consolidado	
				2012	2011
Modalidade:					
Capital de giro	Juros de 5,50%	2013	R\$	1.012	491
	Juros de 120% do CDI	2011/2013	R\$	3.870	11.658
	Juros de 9%	2013	R\$	19.063	9.451
Investimentos:					
BNDES ⁽ⁱ⁾	Juros de 5% mais TJLP	2015	R\$	-	11.951
FNE	Juros de 10%	2014	R\$	762	1.371
				24.707	34.922
				24.555	11.800
				152	23.122

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

CDI - Certificado Depósito Interbancário.

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

⁽ⁱ⁾ O saldo do empréstimo captado junto ao BNDES tinha prazos de vencimentos até 2015 e era garantido por bens do ativo imobilizado, conforme previsto originalmente em contrato. Entretanto, em março de 2012 houve a liquidação total antecipada do contrato, e em setembro de 2012 houve a desvinculação das garantias.

As captações ocorridas durante os exercícios de 2011 e 2012 não continham custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas do não circulante têm como vencimento o ano de 2014.

b) Garantias

Os financiamentos junto ao BNDES e Banco Nordeste (FNE) são garantidos por bens do imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

	Modalidade de empréstimo	Garantia	Controladora e Consolidado	
			2012	2011
BNDES		Terrenos	-	13.154
BNDES		Edifícios e benfeitorias	-	41.347
Banco Nordeste		Terrenos	157	157
Banco Nordeste		Edifícios e benfeitorias	3.846	3.926
Banco Nordeste		Máquinas	1.229	1.229
			5.232	59.813

Em garantia dos empréstimos e financiamentos, além de alienação de bens, a Companhia ofereceu avais de acionistas no montante de R\$ 761 (R\$ 13.332 em 31 de dezembro de 2011), e certas aplicações financeiras que estão classificadas como mantidas até o vencimento no montante de R\$ 1.016 (R\$ 937 em 31 de dezembro de 2011) junto ao Banco Nordeste. A execução das garantias pode ocorrer na hipótese de inadimplência no pagamento dos empréstimos.

c) Cláusulas restritivas (covenants financeiros)

A Companhia possuía empréstimos e financiamentos junto ao Credit Suisse, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 3.870 (R\$ 11.658 em 31 de dezembro de 2011). De acordo com

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente e anualmente, sendo que esses índices são a relação entre dívida líquida e EBITDA (refere-se a sigla em inglês para "Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização") e relação entre EBITDA e despesa financeira líquida. Caso esses índices não sejam atingidos, o banco poderá indicar depreciação e encargos no valor de contrato. Em 31 de dezembro de 2012, todos os índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos.

17. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2012	2011	2012	2011
REFIS IV (a)				
Salário Educação	323	300	759	1.037
INSS	2.746	2.565	7.203	9.781
PIS/COFINS/IOF	4.458	5.358	6.810	10.907
	7.527	8.223	14.772	21.725

(a) REFIS IV - A Companhia formalizou pedido de adesão ao REFIS IV em novembro de 2009 na modalidade de parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09 (REFIS IV), beneficiando-se da redução no saldo de multas e juros incidentes sobre os débitos parcelados nas modalidades PAEX e Outros Parcelamentos até aquela data. Também foram incluídos nesta modalidade débitos tributários e previdenciários não parcelados anteriormente, que eram objetos de discussões administrativas e judiciais.

O saldo remanescente do parcelamento é atualizado monetariamente com base na taxa SELIC. No ano de 2012 foi efetuado pagamento no montante de R\$ 8.598 (R\$ 7.620 em 2011) referente aos impostos parcelados REFIS.

Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2014	3.729
2015	3.729
2016	1.242
2017	744
2018	744
2019 a 2024	4.584
	14.772

A manutenção da Companhia nos programas de parcelamentos acima mencionados está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes, condições estas, que estão sendo cumpridas pela Companhia.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	2012	2011	2012	2011
ICMS sobre vendas	8.341	7.236	8.341	7.236
PIS e COFINS	10.153	6.949	10.164	6.949
Imposto de renda e contribuição social	29.796	45.210	29.876	45.264
Imposto de renda retido na fonte	1.569	1.407	1.569	1.407
Outros	603	339	609	367
	50.462	61.141	50.559	61.223

19. OBRIGAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2012	2011	2012	2011
PRODEC - SC (a)	7.223	4.037	28.038	33.401
PRODEC III - SC (b)	3.620	-	9.152	9.307
Fomentar - GO (c)	-	-	51	51
PROADI - RN (d)	32	29	-	-
Produzir (e)	739	612	-	-
	11.614	4.678	37.241	42.759

Os incentivos fiscais estão demonstrados com os efeitos do ajuste a valor presente, quando aplicável.

(a) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) - destinado a financiar a modernização de empreendimentos que contribuam para geração de empregos e renda à sociedade catarinense e que incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia estadual. A principal obrigação da Companhia para fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, sendo que estes foram devidamente cumpridos ao longo do período em que o incentivo foi usufruído.

O valor contratado em julho de 1999 foi de R\$ 67.883, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 120 meses e findou em maio de 2010. A liquidação deste financiamento iniciou-se em julho

de 2004 e finda em junho de 2016. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. e atualização monetária de 50% IGPM-FGV ao mês.

(b) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC III) - destinado a financiar a expansão das atividades da Companhia. O valor contratado em fevereiro de 2009 foi de R\$ 270.157, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 200 meses e a liberação da primeira parcela ocorreu em novembro de 2009. O prazo de carência para cada parcela liberada é de 48 meses e após este período ocorre a liquidação integral da mesma. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a.. A principal obrigação da Companhia pela fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, que estão sendo cumpridos e comprovados junto à Fazenda Estadual.

(c) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis.

O valor contratado em novembro de 1998 foi de R\$ 66.114 para um período de fruição de 240 meses, sendo que sua utilização ocorreu até fevereiro de 2009, quando foi substituído pelo Programa Produzir. O valor do benefício é atualizado à taxa de juros de 0,2% ao mês, não capitalizável, incidente sobre a totalidade do saldo devedor e pago mensalmente.

A Companhia tinha, pela fruição deste incentivo, como principais obrigações a implantação de sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Tais obrigações foram integralmente cumpridas durante todo o período de fruição do incentivo.

(d) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte - destinado a formação do ativo circulante da unidade situada no município de Parnamirim.

Pelo contrato firmado, o prazo de fruição do incentivo é de 240 meses, sendo que iniciou em outubro de 2001 e finda em setembro de 2021. Não há valor limite neste benefício.

O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. O montante utilizado em 2012 foi de R\$ 11.034 (R\$ 11.226 em 2011) e está registrado no resultado do exercício na rubrica de Deduções sobre Vendas.

Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR.

Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia.

(e) Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas.

O valor contratado em março de 2009 foi de R\$ 68.573, sendo que o início de utilização do benefício se deu em maio de 2009 e finda em outubro de 2018. O montante utilizado em 2012 foi de R\$ 3.251 (não houve utilização no mesmo período de 2011).

A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que do imposto a recolher 27% é pago e 73% é o valor do benefício.

De cada parcela liberada efetua-se um depósito de 10% em uma conta corrente administrada pelo Programa Produzir. A amortização da dívida ocorre anualmente, quando é negociado o benefício em troca da quantia depositada ao longo do ano.

Como obrigação pela fruição do benefício a Companhia ofereceu bens do ativo imobilizado como garantias hipotecárias, cujo valor contábil em dezembro de 2012 é de R\$ 6.751, composto por terrenos, edifícios e benfeitorias.

As subvenções para investimento e custeio decorrentes dos programas Proadi, Produzir, Fomentar, Tare 221/01, Crédito Outorgado, Pró-Emprego e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela internet são reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções da Receita (R\$ 115.275 em 2012 e R\$ 96.699 em 2011) e no grupo Custo dos Produtos Vendidos (R\$ 14.763 em 2012 e R\$ 12.101 em 2011). Os incentivos Prodec e Prodec III são reconhecidos no mês seguinte ao de competência, quando da liberação da parcela usufruída, e contabilizados no passivo não circulante tendo em contrapartida a redução, no passivo circulante do débito corrente de ICMS.

Em 2010, os Estados de Goiás e Rio Grande do Norte validaram os investimentos realizados pela Companhia desde o início do aproveitamento dos incentivos fiscais Proadi, Produzir, Fomentar, respectivamente, estabelecendo que as metas previstas/acordadas para os referidos incentivos foram cumpridas. Com relação ao benefício do Pró-Emprego, concedido pelo Estado de Santa Catarina, restou certificado em 2010 o cumprimento da totalidade das metas acordadas para o projeto. Considerando que a Companhia obteve em 2010, a confirmação de que os referidos benefícios fiscais poderiam ser caracterizados como subvenção para investimento, efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento, no montante de R\$ 39.906 em 2011, R\$ 44.566 em 2012 na conta "reserva de incentivos fiscais", em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (nota explicativa 24). Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. PROVISÕES PARA RISCOS E OUTRAS PROVISÕES

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para risco, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2012	2011	2012	2011
Provisões para contingências:				
Trabalhistas (a)	914	914	6.471	4.977
Tributárias (b)	-	-	496	496
Cíveis (c)	-	-	1.862	1.169
Despesas comerciais (d)	18.265	14.043	-	-
Despesas administrativas (e)	2.677	1.912	2.918	2.844
Provisão para participação nos resultados	177	19.100	-	-
	22.033	35.969	11.747	9.486

(a) Trabalhistas - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconheçam um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia.

Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 3.149 (R\$ 3.704 em 31 de dezembro de 2011).

(b) Tributárias - refere-se às discussões judiciais relativas ao IPTU, para os quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 496.

(c) Cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações vinculadas às operações normais da Companhia, a qual decidiu, com base na opinião de seus assessores legais externos, manter provisão para aquelas contingências cíveis com probabilidade de perda provável.

(d) Provisão para despesas comerciais - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes e fretes sobre vendas.

(e) Provisão para despesas administrativas - consiste na provisão para pagamentos de honorários advocatícios, e provisão para pagamento de INSS Lei nº 12.546.

Perda possível - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões como permitido pelas normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R\$ 91.113 (R\$ 38.153 em 31 de dezembro de 2011).

Em relação às contingências possíveis, descritas anteriormente, a Companhia litiga administrativamente contra as exigências fiscais instauradas pelos processos números 13971.721768.2012-37 e 13971.721769.2012-71, decorrentes de autos de infração de CIDE (Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico), IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), respectivamente, no montante de R\$ 49.809, cuja a opinião dos advogados aponta para perda possível.

No que tange as contingências cíveis, a Companhia mantém contra a Massa Falida do Banco Santos, figurando como parte ativa, processo requerendo a declaração de quitação total de dívidas junto ao Banco Santos, decorrente do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES - Exim nº 12.205-5 e Contrato de Limite de Crédito nº 233699-1, ambas operações realizadas em 2004. Em contrapartida a Massa Falida do Banco Santos, mantém três processos contra a Cia.

Hering, tratando das mesmas operações, sendo dois pleiteando a revogação de Carta de quitação vinculadas a estas operações e um terceiro nos autos do processo de execução de título extrajudicial nº 583.00.2012.195973-0, em trâmite na 43ª Vara Cível da Comarca de São Paulo Capital, sob a alegação de suposta não liquidação da obrigação assumida em Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES - Exim nº 12.205-5, resultando neste processo em uma exigência de R\$ 50.003, à época de seu ajuizamento. A Companhia ofertou tempestivamente os embargos à execução, garantido o juízo com fiança bancária no montante de R\$ 65.006, contratada junto ao Itaú BBA. Em resumo, a pretensão total da Massa Falida do Banco Santos resulta em R\$ 70.031, cuja a probabilidade de perda a Companhia e seus advogados estimam como remota para R\$ 51.635 e possível R\$ 18.396.

Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no período:

	Circulante e não circulante				
	Saldo em 2011	Adições	Reversões	Utilização	Saldo em 2012
Provisões para contingências:					
Trabalhistas	5.891	4.125	-	(2.631)	7.385
Tributárias	496	-	-	-	496
Cíveis	1.169	758	-	(65)	1.862
Despesas comerciais	14.043	48.276	(400)	(43.654)	18.265
Despesas administrativas	4.756	14.247	(658)	(12.750)	5.595
Provisão participação nos resultados	19.100	7.674	(3.983)	(22.614)	177
	45.455	75.080	(5.041)	(81.714)	33.780

Circulante e não circulante

	Saldo em 2010	Adições	Reversões	Utilização	Saldo em 2011
Provisões para contingências:					
Trabalhistas	5.041	2.148	(92)	(1.206)	5.891
Tributárias	517	-	-	(21)	496
Cíveis	1.421	330	(295)	(287)	1.169
Despesas comerciais	8.714	38.412	-	(33.083)	14.043
Despesas administrativas	7.576	13.215	(307)	(15.728)	4.756
Provisão participação nos resultados	17.719	29.790	(1.000)	(27.409)	19.100
	40.988	83.895	(1.694)	(77.734)	45.455

21. PARTES RELACIONADAS

As transações financeiras de empréstimos entre as companhias do grupo e a remuneração da administração foram realizadas conforme a seguir:

a) Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia provê a seus administradores, benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 27.

Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da administração, representado por seu Conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Honorários da Administração	6.988	6.511	7.006	6.527
Remuneração variável	-	4.021	-	4.021
Benefícios de curto prazo	830	974	830	974
Outros (INSS)	1.398	2.107	1.398	2.107
Remuneração com base em ações	2.691	1.820	2.691	1.820
	11.907	15.433	11.925	15.449

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição.

b) Outras transações com partes relacionadas

As transações referem-se aos contratos de mútuos sobre os quais não há incidência de juros. O prazo de validade destes contratos é indeterminado.

	Controladora					
	Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
VH Serviços e Construções S.A.	207	198	-	-	-	-
Têxtil Santa Catarina Ltda.	-	-	25	-	-	33
Garema Malhas Ltda.	49	30	-	-	-	-
Hering Internacional SAFI	-	-	3.171	-	-	2.911
	256	228	3.196	-	-	2.944

Em 31 de dezembro de 2012, não há avais e fianças prestados pela Companhia para partes relacionadas.

Em 25 de maio de 2011 a Cia. Hering passou à operar com um escritório de representação na cidade de Nanjing na China. Esse escritório tem como objeto a inspeção da qualidade dos produtos importados, bem como a prospecção de novos fornecedores. No ano de 2012, o montante gasto com esta operação foi de R\$ 1.843.

c) Vendas para partes relacionadas

A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012 estas operações comerciais totalizaram o montante de R\$ 26.986 (R\$ 21.632, em 31 de dezembro de 2011), do qual R\$ 5.346 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 7.306, em 31 de dezembro de 2011). São fornecidos avais pessoais dos sócios das empresas relacionadas, no montante de R\$ 12.000, como forma de garantir os créditos da Companhia. As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**Plano de Previdência Privada**

O Bradesco Multi Pensions é uma entidade fechada de previdência privada, que tem como objetivo principal a concessão de benefícios suplementares aos da previdência social, principalmente a planos de aposentadoria, atendendo a todos os funcionários do grupo Hering, que aderirem ao plano. Os planos de previdência complementar oferecidos aos funcionários são de benefício definido e contribuição definida.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não. O plano concede aos funcionários contribuintes do plano o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos) e aos funcionários não contribuintes é garantido o valor correspondente a até três salários pago em parcela única.

O número de participantes contribuintes do plano de previdência privada (benefício definido) em 31 de dezembro de 2012 era de 212 pessoas, tendo contribuído no ano de 2012 com o montante de R\$ 716 e a patrocinadora contribuiu com o mesmo montante. Os participantes do plano de previdência privada que não são contribuintes totalizam, em dezembro de 2012, 8.646 pessoas, cujo valor contribuído pela patrocinadora referente ao benefício mínimo desses participantes no ano de 2012 totalizou R\$ 264.

A Companhia determinou que, de acordo com os termos e condições da parte do plano que contém benefícios definidos e de acordo com exigências estatutárias (como exigências de financiamento mínimo) dos planos das respectivas jurisdições, o valor presente de reembolsos ou reduções em contribuições futuras, é menor que o balanço do valor justo total dos ativos do plano, menos o valor presente total das obrigações. A Companhia teve a sua última avaliação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2012, cujos efeitos estão apresentados a seguir:

a) Saldos do plano

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	23.041	19.909
Valor justo dos ativos do plano	(21.746)	(19.616)
Déficit (superávit) para planos cobertos	1.295	293

b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	19.909	17.129
Custos do serviço corrente e juros	301	212
Juros sobre obrigação atuarial	2.169	1.763
(Ganho)/perda atuarial	2.017	2.162
Benefícios pagos no ano	(1.355)	(1.357)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	23.041	19.909

c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	19.616	18.902
Retorno esperado dos ativos do plano	2.338	2.126
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	907	(235)
Contribuições de patrocinadora	240	180
Benefícios pagos pelo plano	(1.355)	(1.357)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	21.746	19.616

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos.

d) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Custo do serviço corrente	301	212
Juros sobre as obrigações atuariais	2.169	1.763
Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.338)	(2.126)
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	132	(151)

e) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Montante acumulado em 1º de janeiro	1.312	(1.084)
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	1.111	2.396
Montante acumulado em 31 de dezembro	2.423	1.312

f) Componentes da despesa/(receita) do plano projetada

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	387	301
Juros sobre obrigação atuarial	1.938	2.169
Rendimento esperado dos ativos	(1.835)	(2.338)
	490	132

g) Ativos do plano e taxa de retorno

	Controladora e Consolidado			
	Retorno Esperado		Valor Justo dos Ativos do Plano	
	2012	2011	2012	2011
Instrumentos de patrimônio	12,30%	11,70%	21.746	19.616
Retorno médio ponderado esperado	12,30%	11,70%	2.338	2.126

A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

O atual retorno dos ativos do plano foi de R\$ 3.244 em 2012.

h) Histórico dos ajustes pela experiência

	Controladora e Consolidado			
	2012	2011	2010	2009
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	23.041	19.909	17.129	15.357
Valor justo dos ativos do plano	(21.746)	(19.616)	(18.902)	(18.802)
Déficit (superávit) para planos cobertos	1.295	293	(1.773)	(3.445)
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	2.017	2.162	1.203	5.534
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	907	(235)	(892)	6.642

A Companhia espera contribuir com aproximadamente R\$ 253 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

i) Premissas atuariais

(i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial

	2012	2011
Taxa de desconto nominal	8,68%	11,30%
Taxa de aumento nominal do salário	6,59%	7,60%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	5,50%

(ii) Hipóteses usadas para determinar a despesa (receita) a ser reconhecida

	2012	2011
Taxa de desconto nominal	11,30%	10,80%
Taxa de rendimento nominal esperado dos ativos do plano	12,30%	11,70%
Taxa de aumento nominal do salário	7,60%	6,60%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,50%	4,50%

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. As tabelas de mortalidade utilizadas foram AT-83 Male, RRB-1944(MI) e RRB-1944(EI). A idade na data de aposentadoria considerada é de 55 anos, 100% se aposentam na 1ª elegibilidade a aposentadoria antecipada.

Plano de Assistência Médica

A Companhia possui os planos de assistência médica Unimed (Bradesco Saúde foi substituído pelo Plano Unimed a partir de 01 de setembro de 2012) e Sul América para seus funcionários (planos de benefício definido). Os participantes dos planos em 31 de dezembro de 2012 estavam assim apresentados:

	Planos	
	Unimed	Sul América
Empregados		
Empregados ativos	1.721	303
Empregados aposentados	1	2
Empregados desligados	74	18

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia efetuou a primeira avaliação atuarial do plano de assistência médica, motivo pelo qual as informações relativas ao plano estão sendo divulgadas somente para o exercício de 2012. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia contabilizou um passivo no valor total de R\$ 12.862, correspondente à estimativa do incremento futuro no custo dos planos de saúde oferecidos aos seus funcionários em decorrência da possibilidade desses funcionários ao se aposentarem ou forem desligados, fazerem a opção por permanecer no plano de saúde nas mesmas condições oferecidas aos demais funcionários ativos. Esta possibilidade está amparada pela Lei nº 9.656/98. A contabilização do passivo foi efetuada contra a rubrica de lucros acumulados e não foi efetuada em exercícios anteriores por não haver a apuração do valor disponível.

a) Saldos do plano

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	17.826	12.862
Déficit (superávit)	17.826	12.862

b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro		12.862
Custos do serviço corrente e juros		562
Juros sobre obrigação atuarial		1.515
(Ganho)/perda atuarial		3.156
Benefícios pagos no ano		(269)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	17.826	17.826

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

	Controladora e Consolidado
	2012
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	562
Juros sobre obrigação atuarial	1.515
	2.077

d) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado
	2012
Montante acumulado em 1º de janeiro	-
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	3.156
Montante acumulado em 31 de dezembro	3.156

e) Componentes da despesa/(receita) do plano projetada

	Controladora e Consolidado
	2013
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	722
Juros sobre obrigação atuarial	1.547
	2.269

A apuração do passivo foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas identificadas a seguir:

Principais hipóteses atuariais	2012	2011
Financeiras		
Taxa de desconto da obrigação atuarial	8,68 % a.a.	11,3 % a.a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Não Aplicável	Não Aplicável
<i>Health Care Cost Trend Rate</i>	3 % a.a.	8,66 % a.a.
Fator de Idade (<i>Aging Factor</i>)	3,50%	3,50%
Taxa anual de inflação a longo prazo	5,50%	5,50%

Biométricas

Tábua de mortalidade geral	AT - 1983 <i>Male</i>	AT - 1983 <i>Male</i>
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1944 (MI)	RRB - 1944 (MI)
Tábua de entrada em invalidez	RRB - 1944 (EI)	RRB - 1944 (EI)

f) Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade que demonstram o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros de custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários Projetados	
	Aumento de 1%	Redução de 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	-9,65%	12,50%
Impacto em milhares de reais - R\$	(2.223)	2.880
Impactos nas obrigações do programa de saúde	-3,10%	3,45%
Impacto em milhares de reais - R\$	(553)	615
Sensibilidade da taxa de crescimento dos custos médicos		
Impacto nas obrigações do programa de saúde	15,00%	-13,00%
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte em milhares de reais - R\$	2.674	(2.317)
Sensibilidade da taxa de crescimento salarial		
Impacto nas obrigações do programa previdenciário	0,09%	-0,05%
Impacto em milhares de reais - R\$	20,74	(11,52)

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**a) Gerenciamento de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 9.610 (R\$ 10.697 em 31 de dezembro de 2011) representativos de 2,16% do saldo de contas a receber em aberto (2,83% em 31 de dezembro de 2011), para fazer face ao risco de crédito. Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	193.470	199.849
Aplicações financeiras	1.016	937
Contas a receber de clientes	444.978	378.604
Outras contas a receber	10.372	15.704

(ii) Perdas por redução no valor recuperável

O vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras era:

	Consolidado	
	2012	2011
Contas a receber		
A vencer	435.441	370.304
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	3.302	2.476
De 31 a 90 dias	1.142	1.236
De 91 a 180 dias	1.686	1.256
De 181 a 360 dias	1.585	1.265
Acima de 360 dias	1.822	2.067
	444.978	378.604

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	Consolidado	
	2012	2011
Saldo no início do exercício	(10.697)	(7.695)
Adições	(6.175)	(6.394)
Baixas	7.262	3.392
Saldo no final do exercício	(9.610)	(10.697)

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perda sobre o contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

(iii) Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

• Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

	Consolidado	
	2012	2011
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	178.841	188.481
Passivos financeiros	(3.870)	(23.609)
	174.971	164.872

Instrumentos de taxa fixa

Passivos financeiros	(20.837)	(11.313)
	(20.837)	(11.313)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

• Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2012, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir, demonstra o prazo de vencimento esperado para os ativos e passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2012:

	Taxa média de juros	Consolidado				
		2013	2014	2015	2016 a 2026	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	193.470	-	-	-	193.470
Clientes e outras contas a receber	0,70%	438.942	-	-	-	438.942
Empréstimos e financiamentos	0,58%	(25.999)	(154)	-	-	(26.153)
Incentivos fiscais	0,70%	(10.842)	(14.891)	(13.910)	(10.259)	(49.902)
Fornecedores e outras contas a pagar	0,70%	(162.592)	(1.413)	(169)	(154)	(164.328)
		432.979	(16.458)	(14.079)	(10.413)	392.029

• Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€).

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

A exposição cambial da Companhia está assim representada:

	Consolidado	
	2012	2011
Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5)	4.484	4.694
Contas a receber (nota explicativa 7)	8.102	2.787
Adiantamentos a fornecedores (nota explicativa 8 e 9)	1.877	2.917
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	609	76
Fornecedores	(16.121)	(9.853)
	(1.049)	621

• Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

b) Instrumentos financeiros - valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia.

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	193.470	193.470	199.849	199.849
Custo amortizado:				
Aplicações financeiras	1.016	1.016	937	937
Clientes e outras contas a receber	433.056	433.056	369.623	369.623
Empréstimos e financiamentos	(24.707)	(24.707)	(34.922)	(34.922)
Fornecedores e outras contas a pagar	(162.379)	(162.379)	(131.682)	(131.682)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes instrumentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se:

Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas. Os indicadores de geração de caixa livre e gestão da dívida em 31 de dezembro de 2012 estão abaixo apresentados:

	Consolidado
	2012
Dívida Curto Prazo	(24.555)
Dívida Longo Prazo	(152)
Total da Dívida	(24.707)
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	194.486
(=) (Endivid. Líquido) Caixa Líquido	169.779

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão da dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre.

d) Análise de sensibilidade

(i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 6,90 % (taxa anualizada para o período referência). A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50% para as aplicações financeiras e valorizada em 25% e 50% para os empréstimos, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Operação	Valores	Risco	Consolidado					
			Provável	Possível	Remoto			
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações financeiras	R\$ 178.841 (*)	Baixa						
CDI			6,90	12.340	5,18	9.264	3,45	6.170

(*) Saldo em 31 de dezembro de 2012 de aplicações em CDB e Operações compromissadas sujeitas à variação do CDI.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Valores	Risco	Consolidado					
			Provável		Possível		Remoto	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Empréstimo - Capital de Giro	R\$ 3.870 ^(*)	Alta	6,90	(267)	8,63	(334)	10,35	(401)

(*) Saldo em 31 de dezembro de 2012 de empréstimos sujeitos à variação do CDI.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia suas aplicações financeiras e empréstimos considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima.

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2012 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Operação	Saldo 2012	Consolidado					
		Provável		Possível		Remoto	
		Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)
Caixa em moeda estrangeira	4.484	2,0435	- 2,5544	1.121	3,0653	2.242	
Contas a receber	8.102	2,0435	- 2,5544	2.026	3,0653	4.051	
Adiantamentos a fornecedores	1.877	2,0435	- 2,5544	469	3,0653	939	
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	609	2,0435	- 2,5544	152	3,0653	305	
Fornecedores	<u>(16.121)</u>	2,0435	- 2,5544	<u>(4.030)</u>	3,0653	<u>(8.061)</u>	
Exposição e ganhos e perdas líquidos	<u>(1.049)</u>			<u>(262)</u>		<u>(524)</u>	

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

24. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS**a) Capital social**

O capital social autorizado é composto por 350.000 mil ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2012, o capital subscrito e integralizado é composto por ações ordinárias distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

	2012		2011	
Investimento e Participação INPASA S.A.	12.058.621	7,3%	14.716.677	9,0%
Ivo Hering	11.768.370	7,2%	11.768.370	7,2%
Blackrock ^(*)	8.928.928	5,4%	-	0,0%
Schroders ^(**)	8.298.326	5,1%	-	0,0%
Lone Pine (Gestora) ^(*)	1.917.009	1,2%	8.675.370	5,3%
Outros	<u>121.252.645</u>	<u>73,8%</u>	<u>128.269.697</u>	<u>78,5%</u>
	<u>164.223.899</u>	<u>100%</u>	<u>163.430.114</u>	<u>100%</u>

(*) Gestor com sede nos Estados Unidos

(**) Gestor com sede na Inglaterra

Em 2012 e 2011 foram realizadas integralizações de capital nos valores de R\$ 6.095 e R\$ 3.586, respectivamente, pelos detentores de stock options, quando de sua decisão de exercer suas opções.

b) Reserva de capital

Opções de compra de ações outorgadas conforme descritos na nota explicativa 27 são registrados como reservas de capital.

c) Reservas de lucros**• Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício	311.014
Reserva legal 5%	15.551
Capital Social	235.974
Limite 20% do Capital Social	47.196
Saldo reserva legal em 31.12.11	32.929
Reserva legal constituída em 31.12.12	14.267

• Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

• Outras reservas de lucros**Incentivos fiscais**

Referem-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos, representadas pelos incentivos fiscais concedidos à Companhia pelos Estados de Goiás (Fomentar/Produzir), Rio Grande do Norte (Proadi) e Santa Catarina (Pró-emprego), conforme segue:

	2012	2011
Pró-Emprego - SC	87.084	56.803
Proadi - RN	46.516	35.482
Fomentar - GO	31.684	31.684
Produzir - GO	4.326	1.075
Lucro Exploração IRPJ	<u>15.231</u>	<u>9.571</u>
	<u>184.841</u>	<u>134.615</u>

Conforme regulamentação aplicável a esses incentivos, essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

d) Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro líquido do exercício	311.014
(-) Reserva de lucro - subvenção de incentivos	(50.226)
(-) Reserva legal	<u>(14.267)</u>
Base de cálculo	<u>246.521</u>
Dividendos obrigatórios (25%)	61.630
Dividendos deliberados pelo Conselho de Administração e pagos antes do encerramento das demonstrações financeiras	80.408
Dividendos adicionais propostos pela Administração sujeitos a aprovação da AGO	119.883

Durante o exercício de 2012 foi pago o montante de R\$ 142.038, correspondente aos dividendos obrigatórios de R\$ 61.630 e dividendos deliberados e pagos antes do encerramento das demonstrações financeiras de R\$ 80.408. Do montante total pago, R\$ 99.996 referem-se a dividendos deliberados em reunião do Conselho de 17 de outubro de 2012 para pagamento em 30 de outubro de 2012, e R\$ 42.042 referem-se a juros sobre capital próprio conforme descrito na nota 25. A deliberação dos dividendos e juros sobre capital próprio é efetuada pelo Conselho de Administração e previsto no Estatuto da Companhia.

Os dividendos adicionais propostos representam a proposta da Administração para ser deliberada na Assembleia dos acionistas, sendo R\$ 101.807 correspondentes a destinação do lucro líquido de 2012 e R\$ 18.076 correspondente a utilização de parte da reserva de retenção de lucros, totalizando o montante R\$ 119.883, registrados em conta específica do patrimônio líquido.

Os dividendos e juros sobre capital próprio, calculados por ação, estão apresentados como segue:

Valor total proposto	Quantidade de ações na data (em milhares)	Montante por ação (R\$)
21.021	164.224	0,1280
99.996	164.224	0,6089
21.021	164.224	0,1280
119.883	164.224	0,7300

Em 31 de dezembro de 2012 a soma das reservas de lucros (exceto reservas de incentivos fiscais) excedem o capital social em R\$ 10.632, após feitas todas as destinações previstas na legislação societária. Conforme previsto no Art. 199 da Lei nº 6.404/76 a Administração irá propor à Assembleia a utilização do montante de R\$ 18.076 para pagamento de dividendos adicionais.

e) Outros resultados abrangentes

O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada HeringPrevi e do Plano de Saúde.

25. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calcula juros sobre o capital próprio, sendo que no período findo em 31 de dezembro de 2012 foi destinado aos acionistas o montante de: (i) R\$ 18.123 (líquido do IRRF no montante de R\$ 2.898)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

correspondentes ao ano de 2012, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 14 de junho de 2012; (ii) R\$ 18.123 (líquido do IRRF no montante de R\$ 2.898) correspondentes ao ano de 2012, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2012.

26. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia concede a todos os empregados, um bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2012, o montante correspondente a participação nos resultados totalizou R\$ 3.691 (R\$ 28.790 em 31 de dezembro de 2011). Deste valor, o montante de R\$ 3.552 (R\$ 9.087 no mesmo período de 2011) já foi pago durante o exercício.

27. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui os seguintes acordos de pagamentos baseados em ações:

(a) Primeiro programa de opção de ações

Em reunião realizada em 29 de maio de 2008, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do primeiro programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 532.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 9,61 (nove reais e sessenta e um centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A. Em 28 de maio de 2009 foi cancelado o equivalente a 58.000 opções de compra de ações, em função de mudanças no quadro dos Diretores da Companhia.

(b) Segundo programa de opção de ações

Em reunião realizada em 28 de maio de 2009, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do segundo programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 304.048 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 7,18 (sete reais e dezoito centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A.

(c) Terceiro programa de opção de ações

Em reunião realizada em 27 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do terceiro programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 184.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 36,67 (trinta e seis reais e sessenta e sete centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A.

(d) Quarto programa de opção de ações

Em reunião realizada em 04 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do quarto programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 265.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 31,84 (trinta e um reais e oitenta e quatro centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A.

(e) Quinto programa de opção de ações

Em reunião realizada em 08 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do quinto programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 246.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 45,83 (quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A.

O número de ações mencionados nos tópicos (a), (b) e (c), refere-se à quantidade de ações antes do desdobramento ocorrido em 29 de outubro de 2010.

Os programas baseados em ações outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições: (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário.

Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia.

Para fins comparativos, estamos considerando o desdobramento das ações para o 1º, 2º e 3º programas, para as opções de ações outorgadas, exercidas e canceladas desde o início dos programas de opções. Do número total de 3.571.144 (1º, 2º e 3º programas após o desdobramento e 4º e 5º programa) opções de ações outorgadas nos programas, 306.000 opções de ações foram exercidas e convertidas em ações durante o exercício de 2009, 633.036 durante o exercício de 2010, 708.035 durante o exercício de 2011, 793.785 durante o exercício de 2012 e 174.000 foram canceladas no exercício de 2009. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2012, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 0,58% (0,92% em 2011).

O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A Administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o método Black & Scholes. O valor justo das opções na data da outorga representou um montante de R\$ 3.065 para a 1ª opção, R\$ 2.520 para a 2ª opção, R\$ 4.559 para a 3ª opção, R\$ 3.946 para a 4ª opção e R\$ 4.183 para a 5ª opção. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 a Companhia reconheceu no resultado um valor de R\$ 2.691 (R\$ 1.820 em 31 de dezembro de 2011).

As apurações do valor justo das opções de ações, efetuadas sob o método Black & Scholes, consideram as seguintes premissas para sua precificação:

	1º	2º	3º	4º	5º	
	<u>Programa</u>	<u>Programa</u>	<u>Programa</u>	<u>Programa</u>	<u>Programa</u>	
Data da avaliação	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	04/mai/11	08/mai/12	
Quantidade de ações	532.000	304.048	184.000	265.000	246.000	
Preço de exercício	9,61	7,18	36,67	31,84	45,83	R\$/ação
Preço de fechamento	10,42	11,04	41,50	33,50	45,91	R\$/ação
Volatilidade ao dia	2,67%	4,27%	3,07%	2,13%	2,34%	
Volatilidade ao ano	42,46%	67,84%	48,73%	33,76%	37,21%	
Dividendos esperados	2,00%	2,47%	1,88%	2,76%	4,00%	a.a.
Cupom de IPCA ^(*)	7,34%	6,57%	6,77%	6,35%	3,65%	a.a.
Prazo total	7	7	7	7	7	anos
Preço unitário da opção	5,76	8,29	24,78	14,89	17,00	R\$/ação
Prazo total	3.065	2.520	4.559	3.946	4.183	R\$ mil
Quantidade de ações após o desdobramento ^(**)	1.596.000	912.144	552.000	265.000	246.000	

^(*) Taxa de juros livre de risco

^(**) Em 29 de outubro de 2010, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de duas novas ações para cada ação ordinária possuída, passando cada uma ação ordinária a ser representada por três novas ações após o desdobramento. Esse desdobramento está refletido na quantidade de ações outorgadas no 1º, 2º e 3º programas.

A taxa de fechamento do preço por ação da Cia. Hering, sob o código HGTX3, relativa à data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa e 08 de maio de 2012 para o 5º programa, foi obtida diretamente do serviço Bloomberg para os 1º, 2º, 3º e 5º programas, e para o 4º programa de 04 de maio de 2011, foi retirada diretamente do serviço Economatica. O preço do fechamento para a data específica é de R\$ 10,42 por ação para o 1º programa, R\$ 11,04 por ação para o 2º programa, R\$ 41,50 para o 3º programa, R\$ 33,50 para o 4º programa e R\$ 45,91 para o 5º programa. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) no campo Boletim, Cotações e Volumes, Ajustes do Pregão para a data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa, 04 de maio de 2011, para o 4º programa e 08 de maio de 2012 para o 5º programa. O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, do período de 30 de maio de 2007 à 29 de maio de 2008 para o 1º programa, do período de 29 de maio de 2008 à 28 de maio de 2009 para o 2º programa, do período de 28 de maio de 2009 à 27 de maio de 2010 para o 3º programa, do período de 09 de maio de 2011 à 08 de maio de 2012 para o 5º programa do serviço Bloomberg e do período de 31 de maio de 2010 a 04 de maio de 2011 para o 4º programa, do serviço Economatica, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das *Stock Options*.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções está demonstrado a seguir:

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	Média ponderada		Média ponderada	
	Número de opções	do preço de exercício	Número de opções	do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	1.504.073	11,34	1.947.108	5,80
Opções outorgadas	246.000	45,83	265.000	31,84
Opções exercidas	<u>(793.785)</u>	7,68	<u>(708.035)</u>	5,07
Opções em circulação no final do exercício	<u>956.288</u>	24,52	<u>1.504.073</u>	11,34
Opções exercíveis no final do exercício	7.500	34,75	13.500	13,38

28. RECEITA OPERACIONAL

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita de venda mercado interno	1.549.595	1.417.909	1.552.734	1.420.077
Receita de venda em lojas próprias	251.330	236.720	251.330	236.720
Receita de venda mercado externo	27.091	21.376	27.091	21.376
Receita de <i>royalties</i>	18.030	16.553	18.030	16.553
Devoluções	<u>(55.524)</u>	<u>(47.418)</u>	<u>(55.524)</u>	<u>(47.418)</u>
Receita bruta de vendas	1.790.522	1.645.140	1.793.661	1.647.308
Ajuste a valor presente - Receita	(35.701)	(37.429)	(35.701)	(37.429)
Ajuste a valor presente - ICMS	538	352	538	352
Abatimentos e Repasse IBCC	(2.267)	(5.532)	(2.267)	(5.532)
Impostos sobre as vendas	<u>(264.731)</u>	<u>(251.227)</u>	<u>(264.915)</u>	<u>(251.466)</u>
Deduções da receita	(302.161)	(293.836)	(302.345)	(294.075)
Receita líquida	<u>1.488.361</u>	<u>1.351.304</u>	<u>1.491.316</u>	<u>1.353.233</u>

29. CUSTOS DOS BENS OU SERVIÇOS VENDIDOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custos dos bens ou serviços vendidos:				
Matéria prima e material de revenda	468.818	415.637	468.818	415.637
Salários, encargos e benefícios	155.452	124.050	155.452	124.050
Depreciação	16.978	13.870	16.978	13.870
Mão-de-obra	132.503	110.476	132.503	110.476
Energia	8.562	6.965	8.562	6.965
Outros custos	<u>29.824</u>	<u>26.383</u>	<u>29.824</u>	<u>26.383</u>
	<u>812.137</u>	<u>697.381</u>	<u>812.137</u>	<u>697.381</u>

30. DESPESAS COM VENDAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas comissões s/vendas	57.840	54.328	57.840	54.328
Despesas fretes s/vendas	38.010	31.599	38.010	31.599
Despesas com pessoal	57.208	53.343	57.208	53.343
Despesas com propaganda e publicidade	37.443	30.895	37.443	30.895
Despesas com locação de imóveis	21.458	17.695	21.458	17.695
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.247	4.832	2.247	4.832
Despesas com amostras e desenv. de produtos	11.025	9.512	11.025	9.512
Despesas com viagens e estadias	4.799	4.494	4.799	4.494
Despesas com serviços de terceiros	6.795	3.801	6.795	3.801
Outras despesas	<u>6.215</u>	<u>2.047</u>	<u>6.218</u>	<u>2.050</u>
	<u>243.040</u>	<u>212.546</u>	<u>243.043</u>	<u>212.549</u>

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas com pessoal	13.727	10.968	13.727	10.968
Despesas com serviços de terceiros	9.974	8.396	9.974	8.396
Despesas com propaganda institucional	2.201	2.208	2.201	2.208
Despesas com serviços de TI	2.811	2.693	2.811	2.693
Despesas com doações	2.567	2.023	2.567	2.023
Despesas com viagens	1.003	823	1.003	823
Despesas com locação	924	768	924	768

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Curso de especialização	780	657	780	657
Outras despesas	<u>2.006</u>	<u>1.985</u>	<u>2.031</u>	<u>2.025</u>
	<u>35.993</u>	<u>30.521</u>	<u>36.018</u>	<u>30.561</u>

32. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários (a)	6.141	7.638	6.141	7.638
Redução INSS Lei nº 12.546/11	6.202	366	6.202	366
Receita venda de imobilizado, intangível e bens destinados à venda	964	656	964	656
Indenização recebida de sinistro	2.207	200	2.207	200
Reversão outras despesas	770	729	770	729
Outras	<u>920</u>	<u>1.046</u>	<u>920</u>	<u>1.046</u>
	<u>17.204</u>	<u>10.635</u>	<u>17.204</u>	<u>10.635</u>

Outras despesas operacionais

Constituições de provisões trabalhistas e cíveis	(4.125)	(2.163)	(4.125)	(2.163)
Plano de ações	(2.691)	(1.820)	(2.691)	(1.820)
Plano de Saúde Avaliação Atuarial	(2.209)	-	(2.209)	-
Plano de Saúde Bradesco	(1.894)	-	(1.894)	-
Honorários advocatícios e serviços de terceiros	(1.352)	(1.436)	(1.352)	(1.436)
Custo referente baixa de imobilizado/intangível	(736)	(459)	(736)	(459)
Multa Indedutível Auto Infração	(592)	-	(592)	-
Redução INSS Lei nº 12.546/11	(352)	-	(352)	-
Outras	<u>(2.079)</u>	<u>(1.580)</u>	<u>(2.256)</u>	<u>(1.588)</u>
	<u>(16.030)</u>	<u>(7.458)</u>	<u>(16.207)</u>	<u>(7.466)</u>
Outras receitas operacionais líquidas	<u>1.174</u>	<u>3.177</u>	<u>997</u>	<u>3.169</u>

33. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	20.461	15.415	20.550	15.415
Juros sobre tributos recuperados (b)	1.476	9.115	1.476	9.115
Ajuste a valor presente	35.855	35.952	35.855	35.952
Outras receitas (a)	8.301	3.260	8.302	3.352
Variação cambial ativa, líquida	<u>540</u>	<u>-</u>	<u>540</u>	<u>-</u>
	<u>66.633</u>	<u>63.742</u>	<u>66.723</u>	<u>63.834</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	(5.800)	(7.442)	(5.800)	(7.442)
Encargos financeiros sobre tributos	(5.628)	(7.519)	(5.628)	(7.519)
Ajuste a valor presente	(13.131)	(11.532)	(13.131)	(11.532)
Outras despesas	(5.275)	(5.427)	(4.825)	(5.427)
Variação cambial passiva, líquida	<u>-</u>	<u>(2.667)</u>	<u>-</u>	<u>(2.218)</u>
	<u>(29.834)</u>	<u>(34.587)</u>	<u>(29.384)</u>	<u>(34.138)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>36.799</u>	<u>29.155</u>	<u>37.339</u>	<u>29.696</u>

(a) **Outras receitas** - principal valor que compõem o saldo de 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4.381) refere-se à dispensa de pagamento de parcela do empréstimo do BNDES por comprovação da adimplência durante o período de vigência do contrato.

(b) **Juros sobre tributos recuperados** - no montante total de juros sobre tributos recuperados, em 2011, R\$ 3.905 refere-se ao valor não recorrente de atualização monetária de tributos de uma ação judicial transitada em julgado e que permitiu o reconhecimento do crédito do IPI relativo aos anos de 1994 a 1999.

34. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) **Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Impostos correntes:				
Contribuição social	(28.589)	(29.497)	(28.689)	(29.621)
Imposto de renda	<u>(66.970)</u>	<u>(70.898)</u>	<u>(67.222)</u>	<u>(71.219)</u>
	<u>(95.559)</u>	<u>(100.395)</u>	<u>(95.911)</u>	<u>(100.840)</u>
Impostos diferidos:				
Contribuição social	(938)	874	(938)	874
Imposto de renda	<u>(2.606)</u>	<u>2.426</u>	<u>(2.606)</u>	<u>2.426</u>
	<u>(3.544)</u>	<u>3.300</u>	<u>(3.544)</u>	<u>3.300</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido antes de impostos	410.117	394.369	410.469	394.814
Alíquota vigente:	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(139.440)	(134.085)	(139.559)	(134.237)
Efeito fiscal sobre as adições e exclusões:				
Resultado de participação em controladas	993	449	-	-
Subvenção para investimento ⁽ⁱ⁾	15.152	13.568	15.152	13.568
Juros sobre capital próprio	14.294	10.558	14.294	10.558
Adições (exclusões) permanentes	310	2.394	1.070	2.550
Variação cambial	98	-	98	-
Incentivos PAT, Lei <i>Rouanet</i> e FIA	3.829	3.272	3.829	3.272
Redução IRPJ Lucro da Exploração	5.661	6.749	5.661	6.749
Imposto de renda e contribuição social	(99.103)	(97.095)	(99.455)	(97.540)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(95.559)	(100.395)	(95.911)	(100.840)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.544)	3.300	(3.544)	3.300
Alíquota efetiva	24%	25%	24%	25%

⁽ⁱ⁾ Refere-se aos benefícios fiscais FOMENTAR/PRODUZIR, PROADI e Pró-Emprego, mencionados na nota explicativa 19.

c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
(Reversão) constituição sobre adições temporárias	(4.262)	3.193
Reversão (constituição) sobre exclusões temporárias	5	(74)
Realização da adição (exclusão) temporário benefícios empregados	578	-
Realização da correção monetária do ativo próprio no período	135	181
	(3.544)	3.300

35. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO**a) Lucro básico por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora	
	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	311.014	297.274
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	163.910	163.145
Lucro básico por ação - R\$	1,8975	1,8221

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se à opção de compra de ações.

Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados as opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

	Controladora	
	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	311.014	297.274
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	163.910	163.145
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	956	1.504
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	164.866	164.649
Lucro diluído por ação - R\$	1,8865	1,8055

36. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía 74 (70 em 31 de dezembro de 2011) contratos de locação para suas unidades comerciais e administrativas. Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08 e a norma internacional IAS 17, a Companhia analisou referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Além disso, alguns contratos preveem o pagamento adicional relativo ao mês de dezembro.

Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação e alguns contratos preveem reajustes escalonáveis durante o prazo de vigência do contrato.

Os contratos possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, considerando os pagamentos adicionais e os reajustes escalonáveis, estão segregados da seguinte forma:

	Consolidado	
	2012	2011
Até um ano	14.621	10.601
Acima de um ano e até cinco anos	30.552	17.022
Acima de cinco anos	1.666	122
	46.839	27.745

A Companhia reconheceu os seguintes valores com operações de arrendamento mercantil operacional em despesas de vendas, administrativas e custos:

	2012	2011
Despesas com arrendamento mercantil operacional	25.412	19.884

37. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering, Hering Kids, PUC e dzarm. e Canal: Varejo, Franquias, Franquias e Lojas Próprias), no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

Canal	Consolidado - 2012					
	Hering	Kids	PUC	dzarm.	Outras	Total
Varejo	533.075	111.628	95.540	93.905	34.222	868.370
Franquias	595.048	20.054	37.022	-	-	652.124
Webstore	13.548	1.614	2.010	2.283	-	19.455
Lojas Próprias	209.965	8.969	6.882	805	-	226.621
Receita bruta mercado interno	1.351.636	142.265	141.454	96.993	34.222	1.766.570
Receita bruta mercado externo						27.091
Receita bruta total						1.793.661

Canal	Consolidado - 2011					
	Hering	Kids	PUC	dzarm.	Outras	Total
Varejo	498.439	96.724	84.478	95.767	43.452	818.860
Franquias	534.159	13.869	34.393	-	-	582.421
Webstore	8.954	914	1.016	1.334	-	12.218
Lojas Próprias	201.461	4.888	5.139	945	-	212.433
Receita bruta mercado interno	1.243.013	116.395	125.026	98.046	43.452	1.625.932
Receita bruta mercado externo						21.376
Receita bruta total						1.647.308

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	2012	2011
Receita bruta mercado interno	1.766.570	1.625.932
Receita bruta mercado externo	27.091	21.376
Receita bruta	1.793.661	1.647.308
Deduções da receita	(302.345)	(294.075)
Receita líquida	1.491.316	1.353.233

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2012 apenas 1,82% (1,58% em 31 de dezembro de 2011) do total da receita líquida (saldos da controladora e consolidado).

Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo.

DIRETORIA	
Fábio Hering	- Diretor Presidente
Carlos Tavares D'Amaral	- Diretor Administrativo
Frederico de Aguiar Oldani	- Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Ronaldo Loos	- Diretor Comercial
Marcos Ribeiro Gomes	- Diretor de Marketing
Edgar de Oliveira Filho	- Diretor Industrial
Moacyr José Matheussi	- Diretor de Suprimentos
Alessandra Cristina da Costa Morrison	- Diretora de Gestão de Pessoas e de Organização

Charles Marold - Contador CRC-SC nº 22.744/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Cia. Hering**Blumenau - SC**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. Hering ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações

38. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 78.000 para danos materiais, R\$ 22.600 para lucros cessantes e R\$ 7.000 para responsabilidade civil.

39. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Ivo Hering	- Presidente
Fabio Hering	- Conselheiro
Nei Schilling Zelmanovits	- Conselheiro
Patrick Charles Morin Junior	- Conselheiro
Arthur Eduardo Sá de Villemor Negri	- Conselheiro
Marcelo Guimarães Lopo Lima	- Conselheiro
Marcio Guedes Pereira Junior	- Conselheiro

e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.a, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRSs aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação do DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores da Controladora e do Consolidado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 15 de fevereiro de 2012, sem nenhuma modificação.

Joinville, 14 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP-011.609/O-8 F-SC

Fernando de Souza Leite

Contador

CRC nº 1 PR-050.422/O-3 "S-SC"